



FUNÇÕES COMISSIONADAS

Os mais altos salários da UnB

Estamos publicando as novas tabelas das funções gratificadas, propostas pelo Ministério da Educação para as universidades e demais instituições federais de ensino superior. Mas essas novas tabelas beneficiam apenas os professores e funcionários que exercem cargos em comissão na Administração, os chamados cargos de confiança — diretores de institutos e faculdades e chefes de departamentos continuam ganhando a mesma coisa, segundo a tabela do MEC. Um assessor da Reitoria, por exemplo, vai ganhar 115 mil cruzados por mês. Já um diretor de instituto ou faculdade, adjunto 1 com doutorado, ganha 80 mil.

(página 4)

Avaliação pode mudar os decanos

Os cinco decanos decidiram colocar seus cargos à disposição do reitor Cristovam Buarque para que ele fique mais à vontade para fazer mudanças na Administração. Os mandatos dos decanos terminam no dia 16 de agosto, mas o que está em jogo não é apenas mantê-los ou não nos cargos — é a avaliação dos primeiros dois anos da gestão de Buarque. Muita coisa mudou na UnB nestes dois anos, as opiniões se dividem sobre várias questões, projetos em andamento são elogiados e criticados. Dos resultados desta avaliação é que poderá haver ou não mudanças nos decanatos. (Página 3)



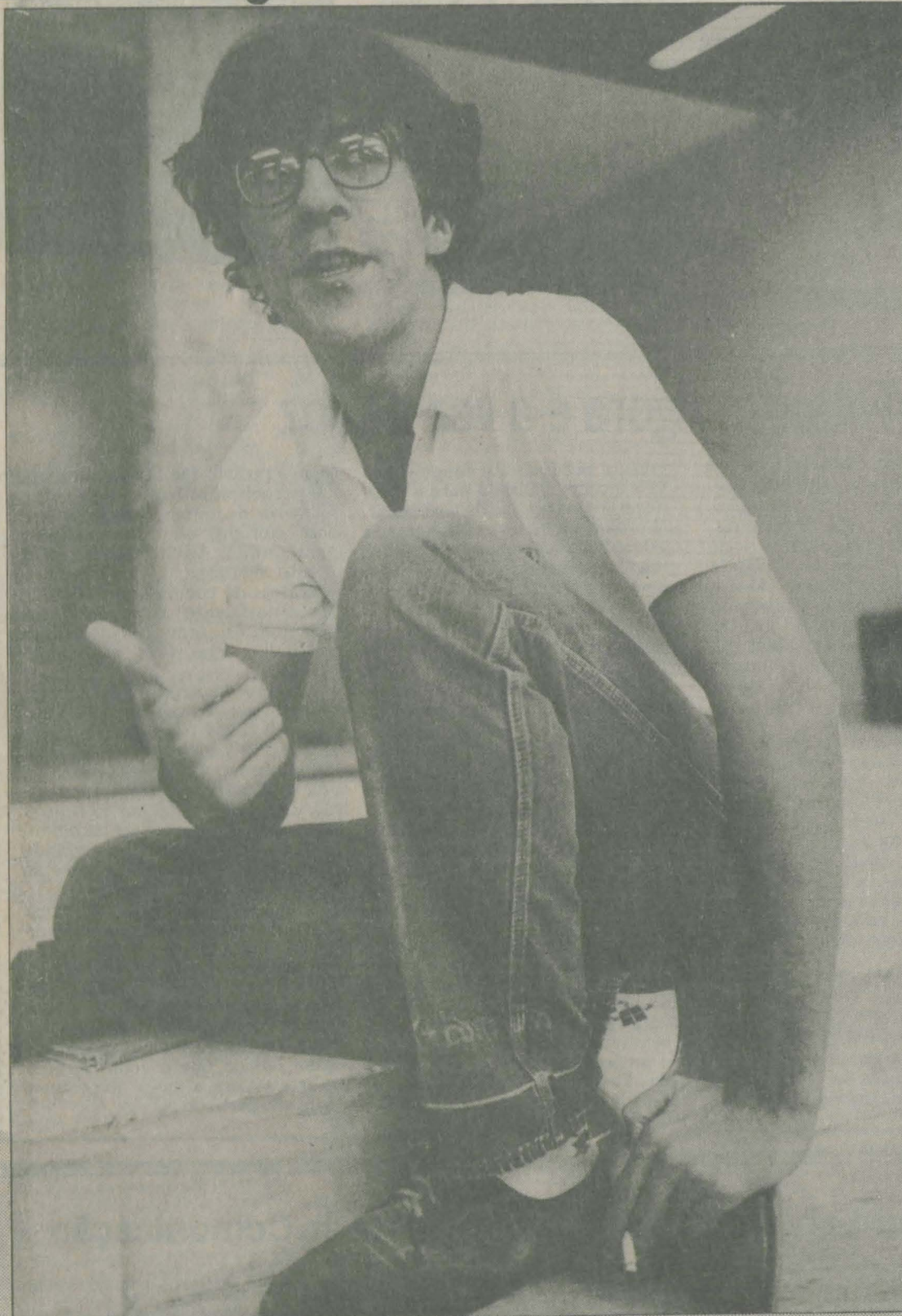
Fernando Lyra solta o verbo em entrevista exclusiva

(Páginas 9 e 10)



Projeto para Vila Areal ganha prêmio

(Página 4)



FERNANDO VILLAR

"Teatro é mais 'to play' do que só atuar"

(Página 7)

Ainda existe um vazio na universidade. Desapareceu um sorriso. É muito difícil imaginar que aquela imagem tão simples e tão cativante tenha sido vítima da violência, da ignorância e da brutalidade do homem. Hoje, Thaís não está mais aqui. Para todos nós, mesmo os que não a conheceram, sua falta está sendo sentida. Agora, a única preocupação de todos é que, por um único instante, a justiça abra seus olhos e encontre o verdadeiro culpado. (Marcus Vinicius)

Como vai "nosso" CAMPUS?

Ana Helena Rossi

Um hábito salutar que precisamos adquirir é refletir constantemente acerca do que fazemos, qual o jornal que produzimos, porque sai de um jeito e não de outro, como interagimos enquanto equipe na sua elaboração e muito, muito mais. Digo hábito salutar porque, para uma intervenção coerente e competente na realidade, precisamos, em primeira mão, situarmo-nos diante dela. Um dos caminhos é compreendermos o que fazemos. E, isso implica em construir uma visão do conjunto do trabalho, e não apenas de um dos seus aspectos, por mais significativo que seja. A compreensão da totalidade tornamos mais críticos, capacitando-nos, na prática, para propor soluções viáveis e concretas, caso tenhamos, claro, que discordar do modelo jornalístico à nossa volta, e no qual iremos trabalhar num futuro próximo.

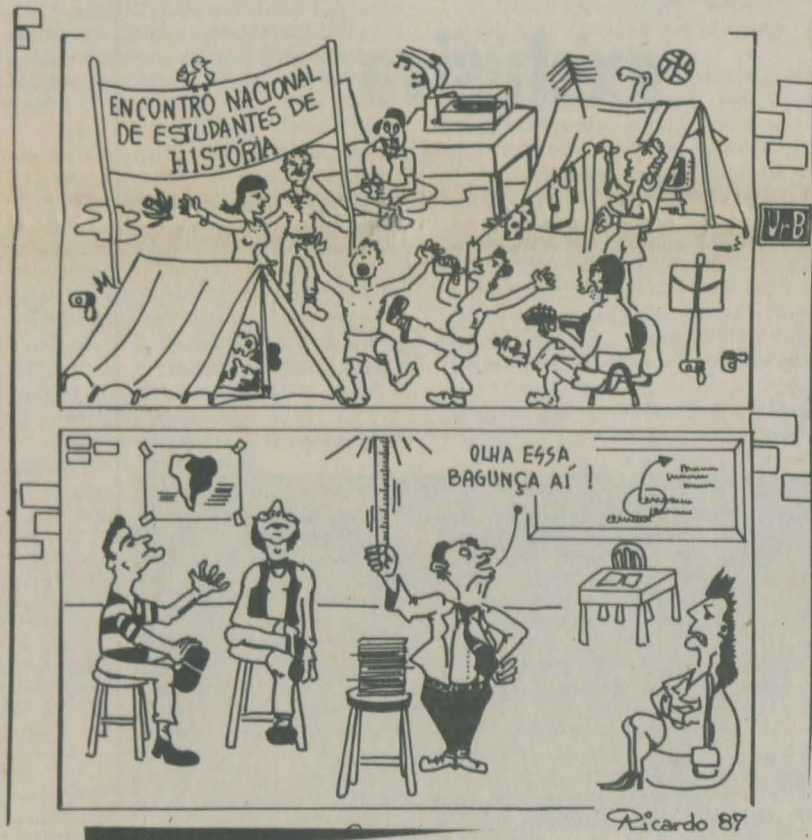
Nesse mar de questiona-

mentos, como se dá o processo de criação? Criar e transformar são compatíveis, um e o outro? Como transformar a realidade de maneira criativa e, assim, fecunda? Não será tarefa por demais ousada e irrealizável? Teremos fôlego para tanto, nós, aprendizes de feiticeiros, e com uma mala mais repleta de dúvidas do que outra coisa? Ser ou não ser: eis o dilema!

Pois é, quem se joga na água é para se molhar. Assim, também devemos nos molhar se quisermos criar, crescer e florescer efetivamente, semeando, desde já o potencial que queremos desenvolver amanhã. Em outras palavras, o CAMPUS precisa ser utilizado, de fato, como um meio de discutirmos o profissional que queremos ser amanhã, com tudo o que isso acarreta. Nesse campo, a criatividade corre solta. E passa pelo aprofundamento da nossa concepção do CAMPUS, das limitações práticas, que vão desde o tipo de cobertura que realizamos, passa pelas pautas feitas às pressas e soltas ao

vento, pela falta de discussão nas editoriais, e do tesão em acompanhar o fechamento do jornal, até a dificuldade que sempre constatamos na hora da distribuição do jornal.

O fato do CAMPUS encalhar na redação, muitas vezes, por falta de gente para distribuí-lo, indica muito mais coisas do que pensamos. Mostra, sim, nosso grau de aproximação para com o jornal. Isto é, até que ponto nos envolvemos com ele, e principalmente, até que ponto reconhecemos nele um produto fruto do nosso esforço e do nosso trabalho de equipe que deve ser valorizado? Lembro-me, de repente, do Charlie Chaplin, no filme TEMPOS MODERNOS que aperta parafuso sem parar, e não consegue perceber que o produto final é fruto do seu esforço. Ele não se reconhece no trabalho. Por isso, se aliena daquilo que faz. Guardadas as devidas proporções, não somos um pouquinho Charlie Chaplin? E deixar rolar e conferir depois...



Enquanto 23 alunos de Economia esperavam fora da sala B1-20 por seu professor, dentro dela havia mais de dez pessoas, participantes do Encontro Nacional dos Estudantes de História - ENEH, dormindo em colchões improvisados, por entre varais de roupas íntimas. Enquanto isso na sala B2-26, o porta-giz do quadro fora utilizado como urinol por participantes do mesmo Encontro. O Departamento de Comunicação também foi vítima da falta de higiene desses estudantes: os banheiros, por eles usados, foram deixados imundos. Cabe agora uma pergunta: A culpa é da própria organização do Encontro ou do vandalismo dos estudantes, que mesmo com a presença do Reitor da UnB não se retiram das salas de aula? (Cláudia Prado)

Auto-Falante. Agora é a vez da voz

Luiz Fernando Molina

Está prestes a entrar em funcionamento na UNB um novo, porém velho, meio de comunicação: o auto-falante. Trata-se de um projeto que vem sendo executado pela assessoria de comunicação da universidade, com objetivo muito simples: utilizar uma estrutura já existente para transmitir uma programação, radiofônica consistente de informação e lazer.

Criar ou transformar meios de comunicação interna tem sido uma característica marcante na administração Cristóvam Buarque até agora. Além da criação de um boletim semanal e de um diário (este de surgimento mais recente), a UNB já publicou vários outros periódicos, abordando diversos temas como a Constituinte, os lançamentos da editora, e outros. Agora é a hora e a vez da voz.

A idéia é produzir programas curtos — por volta de cinco minutos — com um informativo semelhante ao boletim diário já existente e outras produções que venham daqueles da comunidade que queiram se comunicar. A es-

trutura necessária é simplesmente a mesma utilizada para a coordenação das provas de vestibular. O programa irá ao ar em horários estratégicos como, por exemplo, o início e o fim do período das aulas da manhã e tarde. Porém, este ponto, assim como uma série de outros acertos finais, ainda estão em discussão e abertos para sugestões. É o que diz a coordenadora do projeto, Ingrid Rocha, chefe da assessoria de comunicação da UNB. Ingrid se mostra empolgada com esse trabalho, principalmente pela sua fácil viabilidade. Ela acrescenta que o início será uma fase de experiência, estando a produção sujeita a modificações, uma vez que a dinâmica da universidade está obviamente ligada à natureza desse trabalho.

Apesar de não ter um nome ainda definido, muita gente fala do projeto referindo-se ao veículo de comunicação em questão (o auto-falante) como «rádio». É exatamente para esse detalhe que o professor Ubirajara da Silva, do Departamento de Comunicação, chama a atenção. Ele diz

que é preciso que não se confunda serviço de auto-falante com rádio. Apesar de terem características em comum, os dois veículos apresentam várias outras bastante distintas. Uma delas é o caráter da compulsoriedade que o auto-falante tem. Só esse detalhe já tem consequências variadas, que é a reação do público.

Sobre outras experiências nessa área, o professor Ubirajara lembra a do mercado de Porto Alegre, a de escolas de I e II graus como o Colégio Marista, e o da 8ª Expoarte — tradição extinta na UNB — que em 85 contou com uma atividade bem sucedida, que foi a instalação de um grande auto-falante na entrada norte do ICC, o famoso «Ceubinho».

Para quem não sabe, o serviço de auto-falante é uma atividade muito comum em cidadezinhas do interior. Quem já esteve numa delas, e ao sair do cinema, logo depois da missa do sábado à tarde, foi passar na sacinha, com certeza ouviu, dos auto-falantes, uma balada que o João Alguém oferecia para a moça que estava sentada perto do coreto.

ma Regina Pavarino, Valéria Cristina Castanho, Valéria Borges, Valéria Mendes. Repórteres-Fotográficos: Allan Kardec Milhomens, César Mendes, João Carlos Fontoura, Marcus Vinicius B. Lopes e Suzana Dobl

Professores Responsáveis: Hélio Marcos Doyle, Murilo César Ramos (reportagem, redação e edição), Luiza Venturini (fotografia) e Maria Rita Leal (projeto gráfico e arte). Diagramação: Chico Amaral. Ilustração: Ricardo Miranda Filho. Laboratorista: Jovã Xangô. Secretária de Redação: Dalila Maia de Oliveira. Composição, revisão e impressão: Jornal de Brasília

Vamos viver sem violência?

José Carlos Anatoly

Nada de novo no planalto central. "VAMOS VIVER SEM VIOLÊNCIA", quem não ouviu ou leu esse clichê que a Nova República usou como campanha publicitária para amenizar a violência que impera, reina e se acastela nesse país. Qual a violência maior? Saber que é impossível pagar nossa dívida externa e que ficaremos cada vez mais pobres e a mercê do poderoso Adolf Reagan. Saber que temos uma Constituinte reacionária, onde mais da metade dos políticos eram da extinta suástica ARENA. Não há dúvidas que existem alguns bons intelectuais, alguns poucos bons políticos bem-intencionados, mas simplesmente eles estão legitimando essa fraudulenta e torpo constituição. Haverá uma reforma agrária real? Os salários vão aumentar ou pelo menos chegarão a um parâmetro

compatível com a inflação? As corrupções nos altos escalões do governo vão desaparecer? Alguém será preso por lesar o povo? "VAMOS VIVER SEM VIOLÊNCIA" No Nordeste, a mortalidade infantil se assemelha à da Etiópia, enquanto um burocrata do governo vota para Nova Iorque ouvir os conselhos e determinações dos banqueiros internacionais. O desemprego é um fantasma fazendo serenata na janela de nossa casa. O ensino se mostra com professores caducos, alunos tontos e universidades fajutas e "bem comportadas" no sentido de inútil ao progresso da ciência. Para onde vai esse país? Brasil, esse balneário americano, para onde vai?

Os militares saíram e apagaram as luzes, está tudo escuro, tudo desarrumado, o que fazer?

O povo, essa massa de milhões de ovelhas na beira de um abismo esperando a ordem do "pastor" para dar um passo à frente.

A um passo da barbárie, é bom chamar logo o ladrão

Leandro Amaral Lopes

Com toda bahianidade falava o Ruy: «De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto». Com descontrução cantou-se no carnaval: «O Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil; tem saúva na lavoura, tem saúva no quintal, mas onde tem mais saúva é no Distrito Federal». Com genialidade e maestria sentenciava Stanislaw: «O Brasil de hoje, a suspeição de desonestidade na manipulação de recursos públicos, só não atinge ainda as autoridades eclesiásticas, porque do presidente para baixo tá todo mundo na passalora».

A imprensa, falada, escrita e televisiva, gozando da relativa liberdade advinda com a Nova República, tem divulgado para todos que queiram ou não ver e ouvir, suspeitas mais ou menos fundamentadas, de estripulias e falcitruas das mais altas autoridades do país. Figuras que a população mais humilde estava acostumada a reverenciar, quase que religiosamente, como modelos de virtude e probidade são flagradas com a mão na massa, com a boca na botija, com as calças na mão. A TV se encarrega de dar a dimensão espetacular aos fatos e, como num liquidificador informativo, mistura ministros com escadinhas, parlamentares com grileiros, juizes, com especuladores e coronéis com marajás.

Paralelamente, desaquece-se a economia, arrotta-se os salários, aumenta-se a fome e a miséria da maior parte da população. A imprensa, mais uma vez, cumprindo sua missão de divulgar, noticiar, comentar, mostra que se muitos passam fome, alguns estão muito bem, obrigado. A TV, através de novelas e noticiários, apesar do esforço para mostrar empresários regenerados e arrependidos, tem revelado a profunda futilidade e alienação em que vivem nossas elites econômicas e sociais.

A ligação entre os dois blocos de informações se dá no interior de cabeças com os mais diversos tipos de cabelos, com olhos de diversas cores, com dentes sadios ou cariados mas, sobretudo, com perspectivas e possibilidades de ascensão econômica e social variadas. Para uns, alcançar aqueles padrões de consumo, vendidos como símbolos de felicidade, é uma decorrência natural de sua vida. Esses são poucos. A grande maioria percebe que não chegará nem a ser o chofer de grande empresário. Para muitos desse grupo, em geral jovens, a ligação entre aqueles dois blocos de informações se dá como um curto-circuito. Quem ou que instituição poderá conter a insatisfação assim gerada? Os coronéis/marajás?

E a justiça? E o legislativo? Ambos legislando e julgando em causa própria, adjudicando-se soldos, salários, proventos, adicionais, jetons, pensões, auxílios que, em seu conjunto, vão compor rendas astronômicas? Terão essas entidades moral para legislar e fazer valer as leis? A situação caminha a passos largos para o salve-se quem puder, onde cada um cuidará de si e dos seus com o trabuco na mão, aliás como já vêm fazendo, de forma precursora, os trombadinhas e meliantes em geral. Não há polícia ou forças armadas que possam conter uma sociedade em desagregação moral e decrescente nas instituições e nas autoridades maiores.

Recente pesquisa realizada na Universidade de Brasília revelou que a única instituição que, para os estudantes, ainda merece algum crédito é a família. A polícia mete medo, os políticos são corruptos, a Igreja é covinente, e por aí vai.

As sociedades, para se manterem estáveis, têm que ter princípios aceitos e respeitados por todos. Mais do que o que se preceitua, o exemplo dado por autoridades públicas é essencial para que as leis sejam cumpridas. Uma ou outra frustração ou impulso para delinquir é absorvido ou inibido no nascedouro por freios de natureza ética e moral autoportados pelos indivíduos. Assim, os que rompem essa barreira interna são poucos e podem ser controlados por um aparato policial e julgados pelo judiciário. Esse esquema é tanto mais efetivo quanto mais democrático for o seu controle e direção. No entanto, quando esses freios internos são rompidos socialmente, e não existem instituições comunitárias e políticas que canalizem esses impulsos e insatisfações para ações transformadoras, quase toda a população torna-se potencial delinqüente e aí não existe aparato policial capaz de conter.

Se a insatisfação atinge o próprio aparato policial e os indivíduos que o compõem deixam de aceitar suas regras e regulamentos aí só resta voltar para a música e cantar com o Chico: «Chame o ladrão, chame o ladrão...»

Professor do Departamento de Economia da UnB

Concerto Cabeças agora na Universidade

Militão Ricardo

A vinda do Concerto Cabeças para o teatro de arena será um fato significativo para a Universidade de Brasília.

Desde a posse do reitor Cristóvam Buarque tem se tentado resgatar a integração da Universidade com a comunidade. Esta tarefa revelou-se difícil devido à várias causas, entre elas a burocracia administrativa, a desmobilização estudiantil, a falta de uma estrutura ágil e eficiente, falta de dinheiro, a falta de respeito com os estudantes e seus projetos, a incompetência etc, tudo isto gerando uma tremenda força de inércia. Apesar disto ocorreram e ocorrem tentativas para agilizar a UnB. A reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em julho, foi um êxito neste sentido, pois atraiu as pessoas para o campus da universidade.

Mas a vinda do Concerto Cabeças para o teatro de arena da UnB é realmente um acontecimento de peso. O Cabeças é uma das poucas tradições culturais autênticas que Brasília criou nesta sua curta existência. É um movimento criado de baixo para cima, que deu espaço para algumas manifestações artísticas brasileiras irem ao encontro do público, começando a destruir o preconceito imbecil para com os artistas locais. O Cabeças já é uma marca respeitada

na cidade e deve certamente atrair a população para dentro do campus universitário, oxalá esteja belecionando uma convivência que dure muito tempo. A Universidade pertence à comunidade e é preciso que ela utilize o espaço físico, bem como seus recursos materiais e humanos para seu bem-estar. Ao mesmo tempo o convite do reitor Cristóvam Buarque significou o reconhecimento por parte da UnB de um movimento legítimo da comunidade brasiliense que estava tendo dificuldades para sobreviver em vista do descalço do GDF, que atualmente segue uma política cultural populista, enlouquecida, e paternalista de acordo com os interesses pessoais do governador. (Isso não é nenhuma novidade na história das relações Estado-Cultura no Brasil) e dos empresários locais, que ainda não despertaram para o potencial econômico das manifestações artísticas e culturais do Distrito Federal.

É como o completar de um ciclo. O Cabeças foi fruto do Ciem (Centro Integrado de Ensino Médio), que funcionou na UnB e depois de despertar a cidade volta para a UnB para dar uma injeção de força e vigor. Bem-vindo, Cabeças! espalhe muita eletricidade pela UnB. Que quebre a barreira de gelo que nos isola da cidade. Nós precisamos botar o dedo na tomada!

Surgem novas propostas no congresso de RP

André Camargo

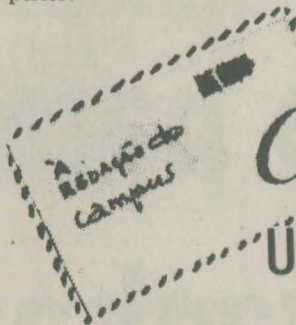
“Ao contrário da suspensão da habilitação (...) este Congresso recomenda medidas de incentivo ao ensino das Relações Públicas na UnB”. Este é um trecho da Nota que o VII Congresso Nacional Universitário de Relações Públicas realizado na penúltima semana de julho em Aracaju (SE), enviou para o reitor da UnB, Cristóvam Buarque.

Além da Nota à UnB, boas propostas foram extraídas do Congresso, entre elas a obrigatoriedade de projetos experimentais baseados exclusivamente em situações reais e a exigência de critérios através dos quais o CONREPP concederia ou não o registro de profissional.

No entanto, o mais importante foi a compreensão de que o problema das Relações Públicas no Brasil reside antes no ensino, e depois na incompreensão do conceito de Comunicação Social.

De maneira geral, o ensino de Relações Públicas no Brasil é mal-estruturado, grande parte dos professores são profissionais com muita prática a oferecer e pouco tempo para pesquisa ou mesmo para a sala de aula: são os chamados TP-8 (Tempo Parcial de 8 horas). As escolas oferecem o curso muitas vezes sem uma clara definição do que deseja, e não é raro a disputa interna entre a Faculdade de Jornalismo e de Relações Públicas, na maioria das vezes em prejuízo para a segunda.

No entanto, o maior problema do ensino das Relações Públicas ainda está no perfil do seu estudante: alguém que ainda acredita no curso como uma opção fácil de se obter o diploma superior.



Cartas do leitor

Uma aventura quixotesca no Teatro Nacional

projeto de compra de equipamentos, “façam o projeto que eu compro”.

Por que esse projeto não foi feito até agora? O chefe de departamento de Comunicação, Luiz Humberto Martins Pereira, afirma que o projeto já existe, e que está preso nos trâmites burocráticos da universidade.

Como imaginar um curso de televisão sem que o aluno possa ver o resultado final do seu trabalho? Seria o mesmo que escrever uma matéria para o Campus e esta não pudesse ser impressa. No nosso caso, por falta de um equipamento adequado que permite a edição das imagens, o editor — todo o trabalho reunido, ainda que em condições limitadas durante a SBPC, não pode ser concluído.

Assim o que esperar da habilitação em TV e dos seus alunos, órfãos de uma formação profissional, dentro de uma universidade que abriga discrepâncias como o capenga Departamento de Comunicação e o sofisticado Centro de Produção Cultural e Educativa (CP-CE)?

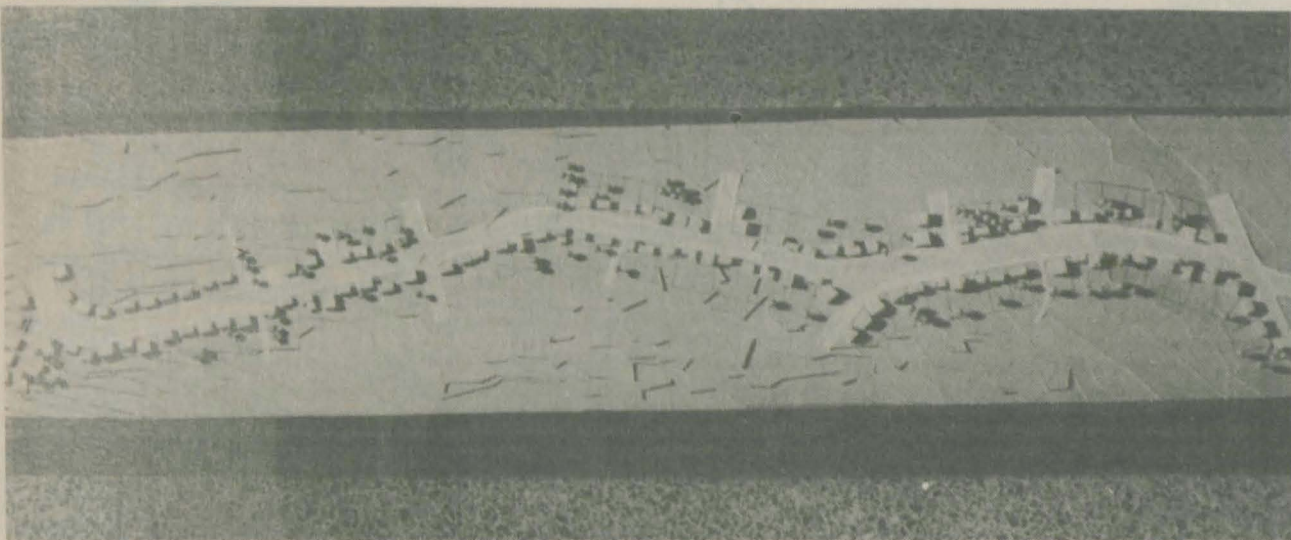
Giovana Assis, Adriana Fernandes e Ana Luisa Sales

Jornal-Laboratório do Departamento de Comunicação

Editor-Chefe: Roselle Amorim. Editores: João Carlos Fontoura (Cultura), Cláudia Prado (UnB), Ruth Frota (Cidade) e Adriana Vasconcelos (Constituinte).

Repórteres: Aliene Coutinho, André Camargo, André Moraes, Andréa Quintiere, Astrid Carvalho, Augusto Rodrigues, Cátia Abreu, Ceci Almeida, Delmam Assis, Eumano Silva, Francisco de Paula Filho, Giselle Chassot, Giuliana Morrone, Jaul Ramalho, Luiz Fernando Molina, Luiza Adriana Mouta, Márcia Binder, Marcus Vinicius B. Lopes, Marden Ferreira, Maria Thereza Ribeiro, Mário Celso de Araújo Tafari, Militão Ricardo, Nilva Rios, Paulo Cabral, Pedro Mansur, Paulo C. Coelho, Renato Afonso, Raquel Flores, Ricardo Miranda Filho, Susana Dobl, Tel-

Francisco Leitão



Toda a vila é estruturada a partir de um eixo central, que é a principal rua do Areal. Lá não existe luz ou água encanada. Também não há esgoto.

Estudantes ganham prêmio internacional

Cláudia Prado

Apesar do planejamento urbano minucioso, Brasília esconde por trás de seus monumentos uma outra realidade, onde não existem horizontes abertos: as invasões. Vila Areal é uma dessas "favelas" que cercam nossa cidade, localizada perto de Taguatinga. Com esse tema, sete estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB ganharam o primeiro prêmio na XII Conferência Latino Americana e para o Caribe de Escolas de Arquitetura, realizada em Cuzco, no Peru. Nela concorrem estudantes de toda América Latina, que fazem trabalhos na área de pesquisas urbanísticas em Arquitetura e Urbanismo.

O trabalho sobre Vila Areal, iniciado no final do ano passado, durante a disciplina Projetos de Edificação e Urbanismo 4, surgiu de um questionamento a respeito dessa realidade de Brasília. Algumas delas são tão antigas quanto a nossa cidade, como a própria Vila Areal, com 27 anos de luta pela sua fixação.

São três mil moradores, vivendo a maioria em barracos, onde somente um quarto deles desenvolve alguma atividade remunerada, e a renda de mais da metade das famílias não ultrapassa dois salários mínimos. Dez por cento dos habitantes não têm qualquer rendimento. Não há luz ou esgoto, e a água é obtida somente através da escavação de cisternas. A vila, que fica a 26 quilômetros do Plano Piloto, possui apenas uma caixa de coleta do correio e um telefone público. As ruas estão sempre cheias de buracos. Não há hospitais e comércio e transporte são precários.

O trabalho

Baseando-se nesses estudos sobre a vila, Karim Ainouz, Durval Dias, Francisco das Chagas Leitão, Sérgio Pamplona, Ranière Soares, Kleber Schmidt e Helena Zanella resolveram fazer um trabalho baseado em tecnologias alternativas: "O Governo mesmo poderia fazer coisas muito baratas. Lá é um lugar onde você vê uma estrutura extremamente ociosa e os argumentos do Governo para não se iniciar uma construção são totalmente furados", diz Ranière, um dos componentes do grupo.

O trabalho, reproduzido em um jornal, tem Pesquisas de Opinião com os moradores. Análise de Con-

forto Ambiental, e as propostas, com opções de habitação, saneamento etc. Segundo pesquisas realizadas pelos próprios alunos junto a profissionais da área, cada casa por eles projetada teria o custo de apenas dez por cento do que normalmente se gasta em uma casa construída pela SHIS. Em seus estudos, eles descobriram em Vila Areal uma terra adequada para a construção de telhas, que somada à mão-de-obra do próprio local, poderia trazer para o Distrito Federal os benefícios de sua primeira olaria. Além disso, está previsto no projeto a utilização de materiais como prensa manual, para que os moradores possam fazer seus tijolos e, conseqüentemente, construir suas casas. Tudo isso seria administrado por uma cooperativa formada por eles mesmos, pois muitos já possuem alguma experiência no ramo da construção civil. Na pesquisa, algumas propostas surgiram a partir da linguagem própria da Vila. E o caso do eucalipto, símbolo da cidade e ponto de referência de muitos lugares para os moradores. Dessa árvore idealizou-se um trabalho para o "mobiliário" da cidade, ou seja, pontos de ônibus, bancos e bancas de revistas que de alguma forma o utilizam em sua estrutura.

Dificuldades

As dificuldades foram muitas: desde a aquisição de patrocínio até o dinheiro para as passagens. Somente o custo com o jornal foi de 50 mil cruzados. Dos sete componentes do grupo, apenas três foram ao Peru entregar o trabalho. Suas passagens foram pagas com dinheiro de seus próprios bolsos. Pelo menos 20 mil cruzados foram

Alexandre Soares



De acordo com o projeto, as casas seriam feitas pelos moradores

gastos pelos estudantes entre material de desenho, material fotográfico, gasolina até a Vila etc.

Quanto ao patrocínio, foi difícil conseguir, mas valeu a pena. A Sul América de Seguros financiou todo o trabalho de elaboração do jornal.

Apoio

Se existiram dificuldades, apoio também não faltou. Todos os professores deram sua parcela de contribuição aos futuros arquitetos. Alunos de PEU 1, disciplina do início do curso, deram sua ajuda na parte de desenho, participando como "estagiários". Maria Rita Leal, professora do Departamento de Comunicação, fez o trabalho de diagramação do jornal. "Tudo chegava até nós muito informalmente, através da boa vontade das pessoas", diz Ranière, "além disso, é muito difícil o acesso aos materiais que existem. Eles ficam perdidos dentro das bibliotecas, principalmente na UnB. Não há um espaço fixo para material alternativo". A Reitoria foi outro canal de informação muito importante, juntamente com o Conselho de Ensino e Pesquisa.

Fazer parte da Conferência criou novos estímulos aos participantes, acostumados à rotina das aulas na Faculdade. "A idéia agora é tentar contatar a ONU e ver se a gente consegue alguma coisa. Eles têm feito financiamento para implantações desse tipo de economia alternativa".

Eles pretendem expor o trabalho no Departamento de Arquitetura e Urbanismo, e já têm apresentação marcada na Vila Areal. É o começo de um futuro promissor...

Assessor da UnB ganha mais do que professor

Eumano Silva

O fato de um professor ter diploma de Doutor, trabalhar em regime de dedicação exclusiva e fazer pesquisa não é suficiente para que seu salário esteja entre os melhores da universidade. Também não adianta publicar trabalhos periodicamente, ter bom desempenho acadêmico ou ocupar, por exemplo, a chefia de seu departamento. Hoje, as maiores remunerações do ensino brasileiro são destinadas a quem exerce as chamadas "funções comissionadas", e beneficiam desde o reitor e seus assessores até os chefes de serviço, cargos que geralmente, não são ocupados por professores.

Uma das conseqüências da nova tabela é que o chefe de gabinete do vice-reitor, de quem é exigido apenas bacharelado, tem um salário de Cz\$ 107.557,00, enquanto um diretor de instituto, professor titular, com doutorado e em dedicação exclusiva (DE), recebe Cz\$ 104.254,00.

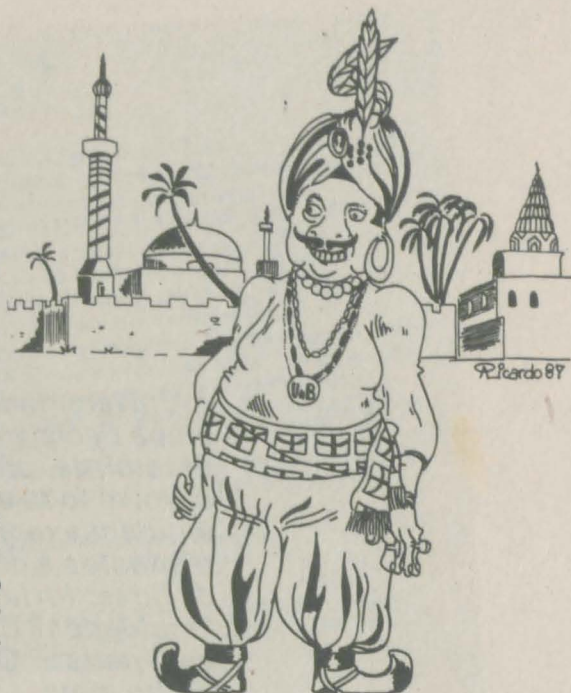
A tabela salarial das FCs foi fixada pelo MEC tendo como base o salário do professor titular, com doutorado e em dedicação exclusiva, que é de Cz\$ 82.736,00. Como já está valendo a isonomia, com a nova regra o chefe da assessoria jurídica de qualquer universidade passa a receber, mensalmente, Cz\$ 115.831,00, os chefes de serviços Cz\$ 82.736,00 e os decanos, ou função correspondente, Cz\$ 124.105,00. Esses valores são retroativos a abril, mês de aprovação da lei que vigora atualmente, descontados os gatilhos de maio e junho. Algumas alterações ainda podem ser feitas no decorrer desta semana, durante reunião dos reitores de todas as universidades, para equiparar as funções entre elas e permitir, assim, a aplicação da isonomia.

O critério usado pelo MEC para definição da tabela é criticado pelo presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), Sadi Dal Rosso. Ele considera que não há o menor sentido em basear, por exemplo, o salário de um chefe de serviço ao de um professor titular, em DE e com doutorado. Para ele, "algumas atividades «meio» foram beneficiadas em detrimento das atividades «fins». E completa: «A burocracia cuidou bem dos seus interesses».

O reitor da UnB, Cristóvam Buarque, agora recebendo Cz\$ 148.925,00 por mês, afirma que não há atividades «meio», pois nem algumas delas, as «fins» não funcionariam. Segundo ele, o que determina se o salário é justo ou não é o desempenho de quem exerce a função. Na sua opinião, os salários deveriam ser pagos de acordo com a competência, a dedicação e a produção dos professores e funcionários. «Sou contra a isonomia, porque ela tira a liberdade das universidades, mas, como é uma proposta defendida pela Andes e pela Fasubra, fiquei calado para não fazer o jogo divisionista do MEC. Tenho medo de que o Governo esteja criando salários altos para deixar a impressão de que temos «marajás» nas universidades, jogando a sociedade contra nós».

Apesar disso, Cristóvam defende que as FCs sejam melhor remuneradas

Pela nova tabela salarial proposta pelo MEC, as pessoas que ocupam as "funções comissionadas" passam a receber com base no salário dos professores mais bem remunerados das universidades brasileiras. Com isto, reitor, vice-reitor, decanos, chefes de gabinete e assessores ficam com seus vencimentos acima de Cr\$ 100 mil, número muito superior ao que ganha qualquer professor ou funcionário.



do que as funções efetivas, por não terem estabilidade e seus ocupantes poderem ser demitidos a qualquer momento. «Somente um salário alto atrai gente competente. A comunidade deve cobrar trabalho correspondente ao salário e quem não satisfizer será substituído», garante o reitor.

O chefe do Departamento de Comunicação, Luis Humberto, diz que os salários realmente devem atrair profissionais competentes, mas ressalta que a tabela está acima do mercado, e cita como exemplo o assessor de comunicação, que recebe Cz\$ 115.831,00, muito mais do que praticamente todos os seus colegas jornalistas. Para ele, há um «descalabro» entre as funções administrativas e acadêmicas. Com relação às intenções do MEC, Luis Humberto concorda com Cristóvam: «É mais um projeto de inviabilização da universidade». Outra preocupação levantada por ele é o risco de que o saltos salários provoquem uma corrida pelos cargos, o que, na sua opinião, poderá provocar ressentimentos na comunidade universitária.

A preocupação de Luis Humberto é compartilhada por Rosaldo Pereira, presidente da Associação dos Técnicos Administrativos da Fundação Universidade de Brasília (ATA-FUB). Rosalvo teme que a briga por cargos divida os funcionários e critica os altos salários concentrados nas FCs: «Com esse dinheiro, poderíamos pagar um número muito maior de escriturários». O presidente da ATA-FUB propõe, ainda, que se discuta melhor a quantidade de assessorias que, para ele,

existem em excesso. Para este problema, Cristóvam acena com uma solução: está sendo preparada, para os próximos meses, uma reforma administrativa que «enxugará» as FCs, permanecendo apenas as que estiverem demonstrando funcionamento satisfatório.

De acordo com o reitor, a reforma atingirá também as Funções Gratificadas (FGs), que se diferenciam das FCs por serem exercidas exclusivamente por pessoas do quadro da universidade e por serem remuneradas com um acréscimo ao salário original do professor ou funcionário. As FCs, ao contrário, têm salário próprio, não importando se seus ocupantes são ou não efetivos.

Entre as FGs estão as diretorias de Institutos e Faculdades, chefias e secretarias de departamentos. A UnB tem, hoje, 480 FGs e 75 FCs, sendo que os salários das FGs não tiveram aumento significativo.

Uma das mudanças possíveis na reunião dos reitores é a transferência dos chefes de departamento das FGs para as FCs. Cristóvam Buarque revelou que a alteração é pouco provável porque, levando em conta todas as universidades brasileiras, o número de beneficiados seria muito grande, o que aumentaria em muito o orçamento do MEC. Luis Humberto «contra a modificação por considerar que os altos salários deixam as pessoas muito dependentes e podem corrompê-las. E alerta: «É um espraçamento dos tentáculos do poder».

FUNÇÕES COMISSIONADAS			
FUNÇÃO	VALOR BÁSICO	ACCRESCIMTO	SALÁRIO GLOBAL
(Professor titular, DE, com Doutorado)			
FC-1 (Reitor)	Cz\$ 82.736,00	80%	Cz\$ 148.925,00
FC-2 (Vice-Reitor)	Cz\$ 82.736,00	65%	Cz\$ 136.515,00
FC-3 (Decanos)	Cz\$ 82.736,00	50%	Cz\$ 124.105,00
FC-4 (Chefes de Assessorias, Diretores de órgãos suplementares, Diretores Administrativos, Chefe de Gabinete do Reitor, Prefeito)	Cz\$ 82.736,00	40%	Cz\$ 115.831,00
FC-5 (Assessorias Especiais, Chefe de Gabinete do Vice-Reitor)	Cz\$ 82.736,00	30%	Cz\$ 107.557,00
FC-6 (Chefe de Auditoria)	Cz\$ 82.736,00	20%	Cz\$ 99.283,00
FC-7 (Chefes de Serviços, Chefes de Escritórios de Representação)	Cz\$ 82.736,00	—	Cz\$ 82.736,00

FUNÇÕES GRATIFICADAS			
FUNÇÃO	SALÁRIO*	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Diretor de Faculdade	Cz\$ 58.636,00	Cz\$ 21.528,00	Cz\$ 80.164,00
Diretor de Instituto	Cz\$ 58.636,00	Cz\$ 21.528,00	Cz\$ 80.164,00
Chefe de Departamento	Cz\$ 58.636,00	Cz\$ 16.754,00	Cz\$ 75.390,00
Subchefe de Departamento	Cz\$ 58.636,00	Cz\$ 11.962,00	Cz\$ 70.598,00

*Essa tabela foi calculada tomando como base o salário do professor "Adjunto 1", DE, Doutor, que se aproxima da média dos salários dos docentes na UnB.

Muita arte e muita brincadeira para ajudar gente miúda a crescer

Susana Dobal



Programa Infante-Juvenil da UnB: um espaço para quem gosta de jogos, brincadeiras e da Natureza.

Regina Elizabeth

A criatividade infantil explorada através de jogos, brincadeiras e do contato com a natureza. Essa é a principal proposta do Programa Infante-Juvenil — PIJ — que atende aos filhos de funcionários e professores da UnB. Atualmente funcionando no prédio do Serviço de Proteção ao Patrimônio, o Programa é uma opção para a garotada de três a doze anos, no período em que não está na escola, além de ser uma tranquilidade para os pais.

O PIJ propõe uma educação alternativa, onde as atividades são desenvolvidas a partir das necessidades da própria criança. Para Adelina Droscher, orientadora pedagógica, uma forma de estímulo à criatividade é a utilização de sucata como material de trabalho. Nada é oferecido já pronto.

É a Associação dos Servidores da Fundação Universidade de Brasília — Asfub — que mantém o Programa, pagando inclusive os estagiários, que vêm de áreas tão distintas como Música, Antropologia, Psicologia, Artes, Pedagogia, Biologia, Educação Física e outros. A coordenadora de artes, Elizabeth da Silva, atua no sentido de fazer um trabalho interdisciplinar, com todas as áreas integradas.

Porém, a principal dificuldade encontrada é a verba. Por ter um pessoal qualificado, o Programa exige uma folha de pagamento elevada, que consome praticamente todo o dinheiro que a Associação repassa. Clélia Parreira, chefe administrativa, considera que «todo tipo de dificuldade decorre da falta de verbas».

Clemira Souza, a organizadora do PIJ com a filosofia atual, conta que o objetivo do Programa é «restituir à criança o direito que ela tem de brincar». Ela acredita que um currículo aberto, discutido periodicamente com os alunos, treina o espírito democrático e de grupo, onde nem sempre todas as sugestões são aceitas.

Hoje, é através do Serviço de Atendimento à Comunidade Infantil, da Diretoria de Serviços Sociais, que o PIJ tem um contato maior com a universidade. Clemira conta que só assim é possível batalhar por mobiliário (são cedidas as sobras e as devoluções), material e brinquedos pedagógicos. Ao que parece, a Universidade está abrindo espaço para seus futuros ocupantes. Agora só falta mesmo cumprir a promessa de creche, já que a professora responsável pelo projeto anunciou a colocação da Pedra Fundamental para o dia 20 de agosto. Será que sai?...

A cervejinha continua na UnB, embora o reitor seja contra

Francisco de Paula

Como uma das maiores mentiras do mundo é "vamos beber uma cervejinha" ou "eu só bebi uma cervejinha", o Reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Buarque é taxativo ao criticar a venda de cerveja no campus: "Eu lamento muito, mas sou obrigado a mandar fechar a barraca, já que estão vendendo bebidas alcoólicas". No entanto, Sebastião Rios Corrêa Júnior, formado pela UnB e participante do Encontro Nacional dos Estudantes de História (ENEH), aprecia muito a presença do "socializante líquido" no campus: "Você sai do trabalho e vai beber uma cervejinha com um amigo, porque isso faz parte da vida social. Por que isso não pode ser aqui no campus? Por que sair da universidade para participar da vida social?"

Esta polêmica tem origem em um fato recente: desde o 39º encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o Barbárie, um boteco-barraca, resistiu às pressões do Serviço de Proteção ao Patrimônio, lutando para a sua fixação efetiva no local onde se encontra, quando da edição deste jornal: em frente à entrada norte e perto do restaurante universitário.

Sem água encanada, com copos descartáveis e com poucas opções aos fregueses acerca do que comer e beber, a barraca, que já teve som, dança e muitos frequentadores durante o ENEH

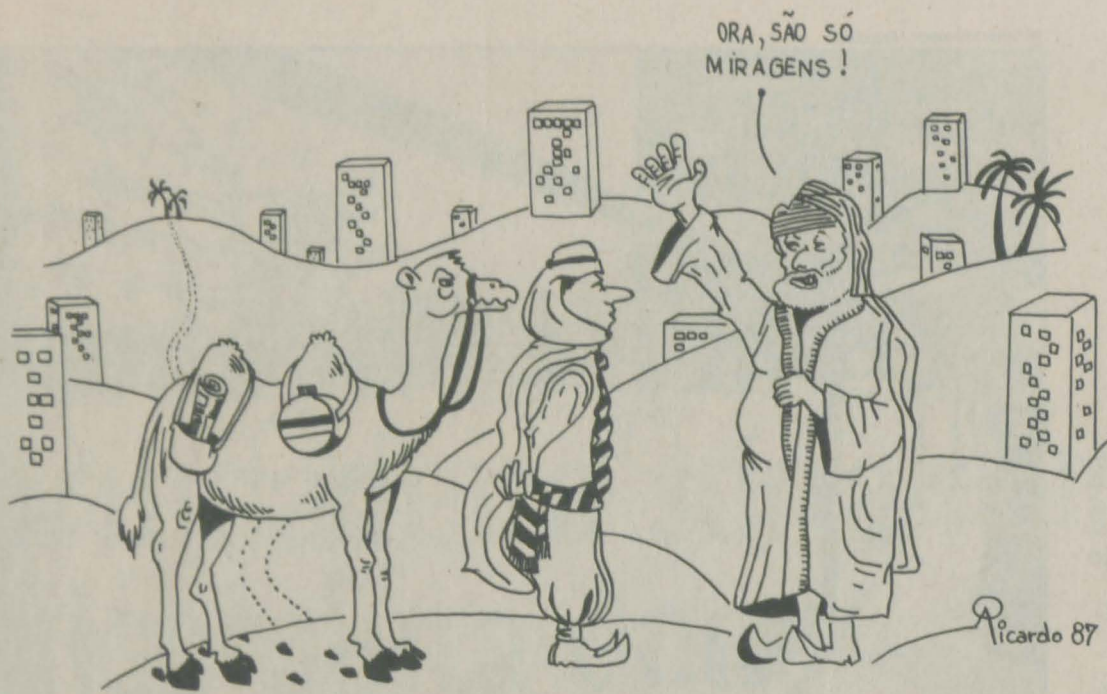
e a reunião da SBPC, o barzinho mantém-se em pé, ou melhor, tenta se equilibrar. Alguns alunos procuram-no solicitando melhores serviços, por exemplo a venda de café, pingado, vitaminas e sanduíches; já alguns funcionários estão satisfeitos com o que é servido pelo boteco, uma vez que acharam um ponto mais próximo para beber a "brinquinha" antes de "encerrar" o bandejão e, por conseguinte, não precisam mais ir até a L-2 Norte ou a pontos estratégicos mais perto, a fim de tomar um aperitivo.

Enquanto isso, os ceolinos carentes que montaram o Barbárie objetivam torná-lo parte integrante do campus, argumentando que a presença de um barzinho no contexto acadêmico da Universidade de Brasília pode trazer aspectos positivos no tocante a um melhor convívio na UnB. Segundo um dos "proprietários" do bar, o estudante do curso de História, Vander R. Silva, pretende-se de fato fixar o Barbárie na UnB, e para isso medidas estão sendo tomadas. Os alunos que tiveram esta iniciativa pretendem conversar com a administração do campus, quando será apresentado um plano de exploração comercial do ponto e se encaminhará à Fundação Universidade de Brasília (FUB) solicitação a fim de se conseguir infraestrutura básica (água, luz, sistema de esgoto e edificação) para que o bar possa prestar bons serviços à comunidade. Caso a administração não atenda às rei-

vindicações destes estudantes, será feito um abaixo-assinado, nos moldes das tão em voga listas que colhem assinaturas para emendas populares, a fim de que, democraticamente, o Barbárie passe a fazer parte da vida do campus.

Segundo o prefeito do campus, professor Erico Weidle, a presença do boteco-barraca na universidade caracteriza uma invasão, já que não houve autorização para sua permanência na universidade após a reunião da SBPC, assim como não foi autorizada a venda de bebidas alcoólicas durante o encontro de Ciência e nem tampouco até os dias de hoje. Para ele, não há nada de moralismo nesta posição. E acrescenta ter sido alertado pela Comissão de Prevenção de acidentes do Trabalho (CIPA), antes do advento da SBPC, para que não autorizasse a venda de cerveja. A ingestão de bebidas alcoólicas por funcionários e suas implicações no tocante ao aumento do grau de risco de acidentes do trabalho e também no que diz respeito ao aumento do número de pessoas que vivem na dependência do álcool no campus, bem como as possíveis brigas causadas pelo estado de embriaguez, são argumentos fortes de que se arma a CIPA para que não se autorize sequer a venda de uma cervejinha na UnB. O Barbárie, entretanto, bárbara e democraticamente, tenta se integrar ao núcleo de vivência da Universidade de Brasília.

Cidade



Há portas que se abrem para alguns e se fecham para outros. E assim que está sendo visto o novo escândalo do Governo, pois enquanto a Previdência Social compra 328 apartamentos funcionais para seus funcionários que serão transferidos do Rio para Brasília, há só nesta cidade pelo menos 6.000 casos de processo já deferidos de aquisição de apartamentos funcionais. Os funcionários, porém, nunca os receberam, pois, segundo a Diretoria de Distribuição de Imóveis, não há apartamentos à disposição.

Governo dá para uns e tira de outros

Valéria Cristina Castanho

O Governo diz ser honesto e transparente, tanto é que no caso da compra dos 328 apartamentos para funcionários da Previdência Social, o ministro Raphael de Almeida Magalhães disse que os documentos estão à disposição de todos os interessados. Porém, não é isso que afirmam os advogados Eri Varela e Pedro Calmon, que no último dia 22 entraram com pedido de todos os documentos que envolvem a transação a fim de instruir Ação Popular contra a Previdência para apurar as irregularidades que julgam estar ocorrendo nessa transação.

Segundo eles, o negócio é totalmente ilegal e a empresa AGB, responsável pela avaliação dos imóveis para a Previdência Social por preços que variam de Cz\$ 3,7 a Cz\$ 7,3 milhões, não pode ser levada a sério pois apartamentos idênticos aos seus foram vendidos recentemente por Cz\$ 532 mil.

Como testemunhas, os advogados terão nada mais nada menos que o presidente José Sarney, o ministro Ademar Ghisi, o ministro Aluizio Alves e um deputado de cada partido político que se pronunciou a favor deles.

Este caso foi apenas uma porta que se abriu para se apurar outras irregularidades que teriam sido cometidas aqui no Distrito Federal. E o caso, por exemplo, de uma funcionária do Tribunal Regional do Trabalho que, apesar de ter 10 anos de casa e já ter entrado

com vários processos para aquisição de imóvel funcional em Brasília, continua morando de aluguel com sua filha num apartamento de um quarto. Segundo ela, seu primeiro processo foi em 1979 e um ano depois ele foi arquivado sem motivo algum. Vários outros processos foram abertos e arquivados e finalmente o último deles, que data de 1984, foi deferido. Porém, até hoje ela não recebeu o apartamento e, ao se comunicar com a Superintendência de Administração de Imóveis (Sucad), recebeu a seguinte resposta: "Casos iguais aos seus, existem mais de seis mil".

Um outro funcionário público que está no emprego há 14 anos e tem três filhos, disse já ter entrado com inúmeros processos que foram arquivados e deferidos várias vezes sem nenhum critério. Em 1983, ele recebeu um comunicado da Diretoria de Distribuição de Imóveis (DDI), de que era o segundo da fila para recebimento de apartamento funcional. Porém, como o tempo ia passando e ele não recebia o tão prometido apartamento, resolveu investigar e descobriu que todas as pessoas da lista já haviam recebido seus imóveis e ele tinha sofrido. A DDI disse que a distribuição obedecia a critérios de maior ou menor necessidade, mas para ele a resposta está numa só palavra — "Politicagem". Atualmente, com muita insistência, seu processo voltou a tramitar, mas ele está aguardando o resultado

na mesma situação em que os demais funcionários cujo processo já foi deferido, pois segundo a DDI "não há imóveis disponíveis para distribuição".

Segundo fontes seguras, a distribuição de imóveis funcionais obedece a critérios políticos e não de merecimento, pois outros funcionários que têm menos anos de casa e portanto processos mais recentes, conseguem seus apartamentos. Além disso, dos 10.617 imóveis funcionais do Governo em Brasília, 2.871 estão ocupados, irregularmente e o Governo nada faz para acabar com essa situação. Há casos em que o "agraciado" com o apartamento já tem imóvel em seu nome e então o cedido pelo Governo fica com parentes ou simplesmente fechado. Há outros casos em que uma mesma família recebe mais de um apartamento funcional; é o caso, por exemplo, de pais e filhos, sendo que os últimos ainda são solteiros e poderiam perfeitamente continuar morando com seus pais.

E isso que o nosso Governo chama de honestidade e transparência? Está cada vez mais claro que no Brasil o povo só é ouvido em duas ocasiões: em épocas de eleição ou quando faz greve. Os abusos de apadrinhamento, corrupção e autoritarismo cometidos nos governos passados já viraram tradição em nosso país e não terminarão por agora. A cada dia que passa, mais descrentes ficamos com os escândalos que vão aparecendo. Só nos resta uma pergunta: Qual é o próximo?

Crise econômica detém construção civil no DF

Augusto Rodrigues

A construção civil em Brasília reflete hoje o que o setor sofreu com a atual fase de transição que o país atravessa, mais especificamente na área econômica. É extremamente visível a falta de uma política habitacional e das obras públicas, que evidentemente levaria ao aquecimento real do mercado da construção brasileira, como também, a uma maior oferta de empregos.

O volume das obras nos últimos doze meses diminuiu quase a 100%, e com a situação de indefinição na política econômica, levou o setor a uma expectativa tensa e com reservas.

Para se ter uma idéia, em 1986 foram oferecidas ao mercado imobiliário de Brasília, aproximadamente 5 mil unidades habitacionais, sendo que até este mês de julho/87, foram oferecidas somente 400 unidades. Destas, 328 foram para o Ministério da Previdência, num custo de Cz\$ 1 bilhão, 30 milhões e 255 mil, o que daria para construir aproximadamente 2 mil unidades populares ao custo mínimo de Cz\$ 500 mil, cada.

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil, que tem como presidente o deputado Luis Roberto Andrade Ponte, é a responsável do setor nos assuntos à nível Federal e a representante legítima na formulação das propostas relativas a uma maior definição de uma política da construção civil para o país, junto à Constituinte. À nível local, é o Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília que está levantando as reivindicações junto aos constituintes de Brasília, no sentido de solucionar dois aspectos fundamentais: o problema da estabilidade no emprego, que para a construção civil é totalmente inviável, e o problema da redução da jornada de trabalho.

Considerando que o setor é altamente rotativo, faz-se

necessário por exemplo que uma empresa realize uma obra por etapas, tendo num determinado período do ano, 3 mil operários, podendo fechar o ano com quinhentos. Mas pode acontecer exatamente o contrário, ou seja, começar com mil, e terminar com seis mil, dependendo, portanto, da conjuntura habitacional existente.

Recessão

Segundo Laurindo Eing, superintendente do Sindicato da Indústria da Construção Civil de Brasília, estamos numa fase de recessão, adquirida bem antes do Plano Cruzado, mais ou menos em meados de 1975. Obviamente com o plano, sentiu-se uma retomada no desenvolvimento até novembro/86. No final de 1985 tínhamos aproximadamente 18 mil homens empregados em Brasília e, com o plano, chegou-se a 25 mil.

Com o realinhamento de preços em janeiro/87, o setor teve dois problemas: um na área da habitação, com a elevação das taxas de juros, afastando o adquirente de imóvel, e outro na área das obras públicas, devido à fixação dos preços de contratos que foram feitos com cláusulas irrealizáveis, como determinava o Plano Cruzado. Com o realinhamento, os preços começaram a subir e inviabilizaram totalmente novas obras, com a subida de 250% nos custos da construção civil.

Com relação às obras públicas, o GDF até hoje não pagou os reajustes dos preços das obras realizadas no período inicial do Plano Cruzado, as empresas estão na expectativa

As obras continuam com um pequeno "detalhe": uma fatura no valor de Cz\$ 2 milhões está sendo feita com Cz\$ 4 milhões, para compensar o déficit.

de receber esses reajustamentos e continuam fazendo as obras com um "pequeno" detalhe: uma fatura com o vencimento para o final do mês, no valor de Cz\$ 2 milhões, está sendo feita com o valor de Cz\$ 4 milhões para se ter a certeza de receber os Cz\$ 2 milhões pretendidos.

Laurindo Eing diz que "é isso que está acontecendo, porque as empresas estão trabalhando sem capital de giro e acreditaram numa estabilização econômica que não aconteceu. Todos os contratos foram assinados entre agosto e setembro/86 e não previam reajustamentos. Os empresários acreditaram no Governador, que disse que ia pagar tudo, e até agora não receberam um tostão".

Impasse

Bem ou mal, o BNH vinha desenvolvendo uma política que favorecia a construção de novas obras habitacionais, mas com a sua extinção, o problema passou para o Banco Central, que ainda não definiu o que fazer. Sabemos que hoje se tem muito dinheiro em caderneta de poupança, mas não sabemos como esse dinheiro será aplicado, em que condições e em que prazos.

Em Brasília, o problema é basicamente a falta de terrenos disponíveis. Os que existem, estão nas mãos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Universidade de Brasília, que não fazem licitações para a construção de novas moradias. O déficit habitacional hoje está em torno de 50 mil moradias e, com a liberação dessas áreas, solucionaria-se em parte essa carência de habitação.

As empresas da construção civil em Brasília formam um total de aproximadamente quinhentas, mas somente cento e cinquenta estão associadas ao Sindicato da Indústria da Construção Civil entre grandes, médias, pequenas e microempresas.

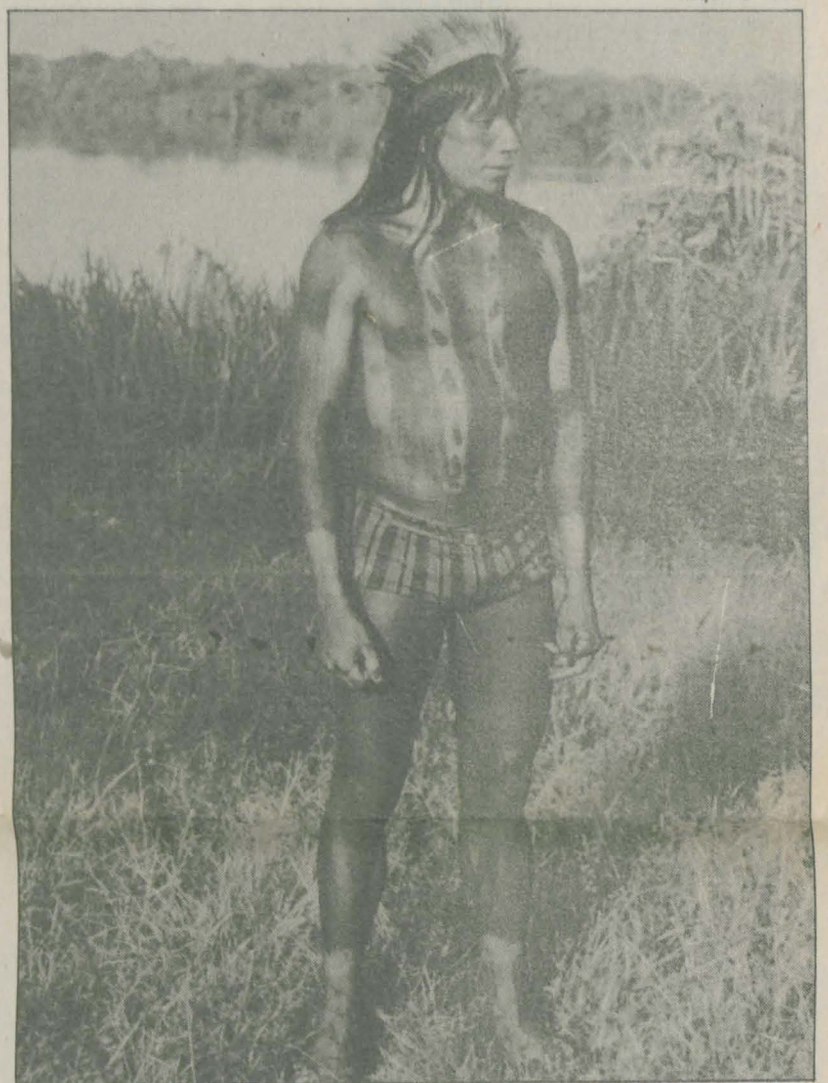
Os índios em Brasília querem mais respeito

Delmam Assis

Em estado deplorável de conservação, carecendo de reforma, a Casa do Índio, na 914 Norte, atrás da Casa do Ex-Combatente, abriga os índios que aqui chegam em busca de tratamento de saúde quando, perto de suas aldeias, não existe posto médico que lhes dêem tais condições. Outros chegam para reivindicar atendimento na área de educação e na demarcação de suas terras constantemente invadidas por grileiros. Outros, aproveitando o momento da Constituinte, vêm participar do processo, prestar alguma colaboração. Talvez pelo abandono a que os índios estão entregues naquela casa, é que a auxiliar de enfermagem, Maria Helena, tentou impedir que se entrevistassem os índios, sob a alegação de que a "Lei 6001 da Funai proíbe a entrada em reservas indígenas".

Vários são os desrespeitos contra os índios em Brasília. Um exemplo disso é que um índio da tribo Carajá de Mato Grosso, com problema de pulmão e que chegou à tarde na Casa do Índio, viu-se obrigado a se levantar no meio da noite e acender uma fogueira para se aquecer, porque não lhe deram agasalho. A alimentação que recebem chega sempre atrasada, de um restaurante não muito recomendável. O índio dorme cedo e acorda cedo, porém o café frio chega em vasilha aberta, o jantar depois que muitos já se dobraram de sono e, além do mais, muitas das vezes ele quer repetir mas lhe é negado o novo prato, preferindo, o responsável pela Casa, que a sobra se deteriore em algum canto da cozinha que não funciona.

Roelof Sá, assessor de Comunicação Social da Funai, concorda que o órgão apresenta algumas falhas, sendo o país muito grande. Porém, com a criação de superintendências regionais em Curitiba, Cuiabá, Recife, Belém, Manaus e Goiânia, os problemas administrativos estão sendo resolvidos, segundo ele, face à autonomia das regionais, cujo orçamento global deste ano, se Roelof não se engana, é de Cz\$ 450 milhões. Para ele, o índio

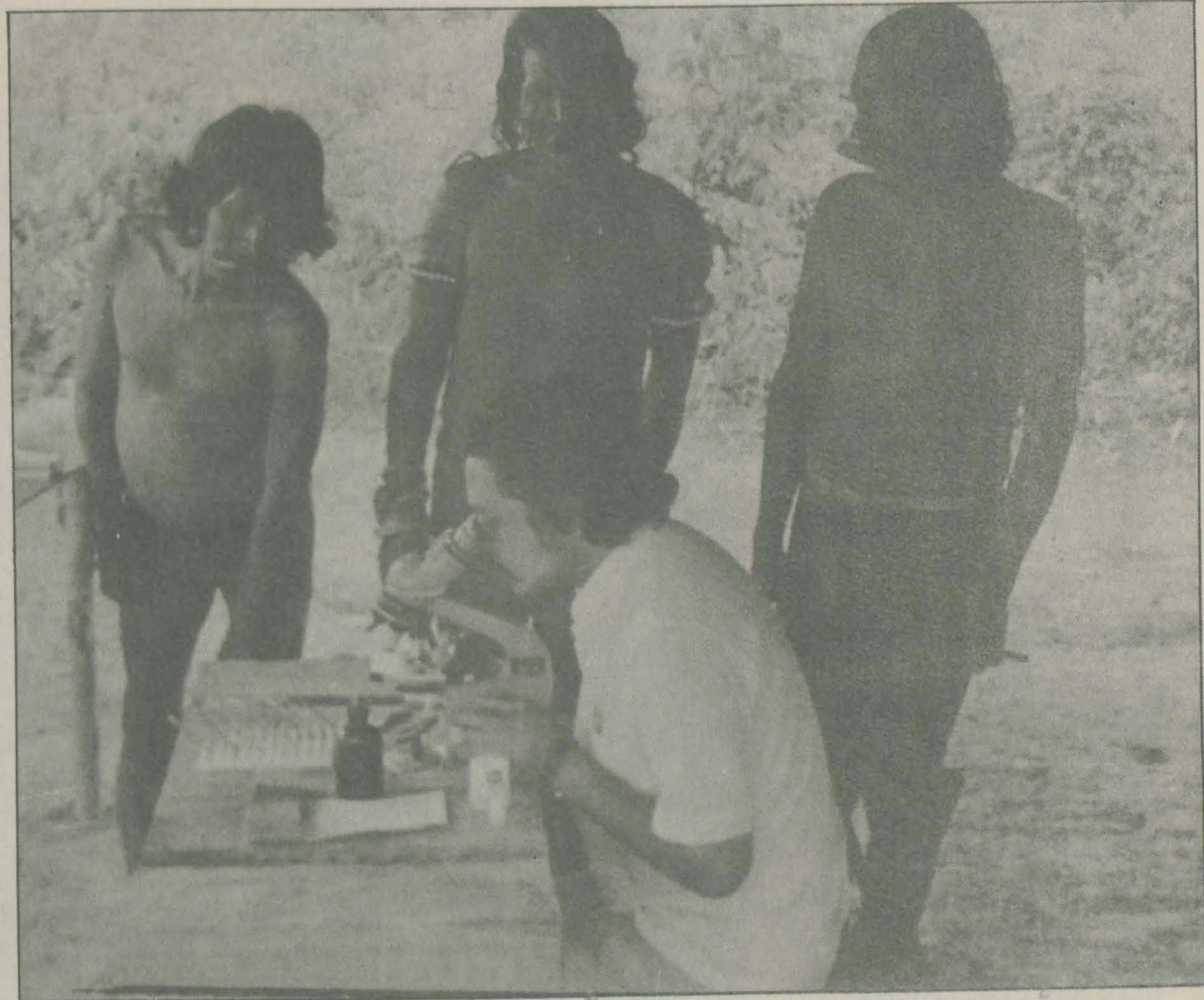


Um índio da tribo Txukarramai no seu ambiente natural

em Brasília está no lugar errado. "Lugar de índio é no sertão, na mata dele, especialmente o índio mais produtivo. É básico manter os princípios de condição de melhoria de vida, mas não se deve impor à comunidade indígena, tão distanciada de nós, a nossa realidade. Esse é um processo a que fatalmente essa comunidade vai chegar, mas isso tem tempo, não se pode forçar".

Perguntado sobre as condições em que se encontra a Casa do Índio, Roelof explica que o próprio estágio cultural dos índios não permite zelar pelos equipamentos da Casa, que em breve será reformada.

"Lugar de índio é no sertão, na mata dele, especialmente o índio mais produtivo. Não se deve impor à comunidade indígena a nossa realidade."



Arquivo/Funai

Nathália Kneipp/Arquivo



Será que só as crianças conseguem se distrair e aproveitar a cidade? A imensidão do verde nas quadras já é suficiente para as brincadeiras, enquanto outros se divertem apenas olhando um jogo de futebol apesar do abandono da área esportiva.

Nicolau Elmoor/Arquivo



LAZER

As várias opções de diversão em Brasília

Ruth Frota

«Em Brasília os lugares são muito distantes uns dos outros». Quem já não ouviu essa afirmação de algum visitante que se depara com a Capital Federal pela primeira vez e teve que concordar com o veredicto? Sem dúvida, é essa a causa maior do jargão ostensivo contra Brasília: o de uma cidade fria e sem diversão. O certo é que a distância realmente desanima a busca do lazer, mas daí vai uma «grande distância» na declaração de que a capital é desprovida de humanidade ou de formas de distração, ou seja, concordar com esses dois aspectos é tornar-se por vezes passional.

Brasília, observando bem, possui uma infra-estrutura em matéria de entretenimento quase igual a de uma capital como o Rio de Janeiro — do Jardim Botânico até o Planetário, do Hipódromo até o Zoológico —, certamente guar-

dando as devidas proporções, pois o Rio de Janeiro, além de não ter sido previamente planejado tem mais de 400 anos, enquanto que Brasília tem apenas 27 anos.

Este é o cerne da questão: apesar de ter quase todas as modalidades de lazer de uma cidade como o Rio de Janeiro, Brasília foi planejada para desempenhar o papel de célula administradora do País e, para cumprir sua tarefa, seus habitantes foram praticamente colocados em estamentos sociais, ou seja, Brasília elitizou-os, separando-os em quadras e cidades-satélites.

Separação que até hoje contribui muito para propagar o infeliz atributo da Capital Federal, o da «frieza», principalmente na relação cidade-satélite e Plano Piloto. «Procurar dar minhas voltas pela Ceilândia mesmo», conta o zelador de botijões de gás do posto de gasolina da 308 Sul,

João Gonçalves Diógenes, um exemplo cabal desse processo elitista. Ele nem mesmo dá suas «voltas» por Taguatinga, cidade-satélite praticamente unida a Ceilândia, preferindo divertir-se «no boteco do Zé, que é meu amigo», possivelmente o amigo que ele não encontra fora de Ceilândia.

A estudante de Serviço Social da UnB, Valéria Trece, moradora do Guarã I, pertence ao grupo dos que sabem aproveitar as opções que Brasília oferece: «É cômodo ficar diante da televisão e desaconselhar que os outros saiam, alegando, por exemplo, que em Brasília não existe vida noturna. Sem gente na rua, não só em Brasília, em nenhum lugar do mundo haverá vida noturna», afirma Valéria, que pratica ballet na academia Gisele Santoro e nos fins de semana adora um cinema ou uma ida a um barzinho na Asa Sul.

Bares

Abrangendo as duas Asas — Norte e Sul —, do Bom Demais, na 707 Norte, ao Arabesque, na 109 Sul, propaga-se o fenômeno dos bares, a maneira que os brasilienses encontraram de diminuir um pouco a «distância» imposta pela cidade. Mania que diversifica, por si só, as opções de lazer que Brasília oferece. Existem bares para todos os tipos de gostos, que atendem desde o punk até o perfeitamente à vontade no sistema, inclusive, neste ramo existem os preferidos por uma categoria profissional específica. O Beirute, na 109 Sul, por exemplo, é muito frequentado por jornalistas.

Segundo o jornalista Reinaldo Cruz, assíduo tanto do Beirute quanto dos bares perto de sua ex-faculdade, o CEUB, «há uma espécie de comunhão nesse sentido, ou seja, muitas pessoas poderiam gastar seu tempo vago indo ao Zoológico,

ao cinema ou ao Parque da Cidade, mas preferem gastá-lo tomando uma cervejinha».

Cinemas

O cinema parece ter sido escolhido como outra boa maneira de se distrair na cidade, porém, até agora não vingou. A «quebra» dos cinemas do Plano Piloto tem sua origem na falta de retorno financeiro do investimento, tomado aos video-clubes e à transmissão dos filmes na televisão, o que levou à falência algumas salas de exibição tradicionais em Brasília, como o Cine Astor, que era localizado no Conjunto Nacional. A precariedade do lucro resultou na precariedade do serviço: hoje inúmeros cinemas brasilienses não contam nem com ar condicionado.

O ParkShopping, aproveitando a falta desse tipo de lazer «eficiente» na Capital, investiu em oito cinemas — dois de 280 lugares, dois de 230

lugares, dois de 180 lugares e, finalmente, dois de 120 lugares —, a serem inaugurados na segunda quinzena de outubro.

A Paris Filmes entregará a estrutura básica das salas de exibição em agosto próximo, sendo o número de quatro salas por andar do shopping. Na programação constam filmes artísticos para as salas com menor potencial de público e filmes novos para exibição nos outros cinemas. «Porém, a grande novidade das salas está no equipamento italiano de última geração, com projetores automáticos, que, pela primeira vez será utilizado no Brasil», declara o diretor de Produção e Marketing do ParkShopping, Geraldo Schuller. Além disso, o ParkShopping contratou o famoso paisagista Burle Marx para projetar uma Praça dos Namorados, que provavelmente será construída na área externa, defronte aos cinemas.

Migrações: um problema insolúvel?

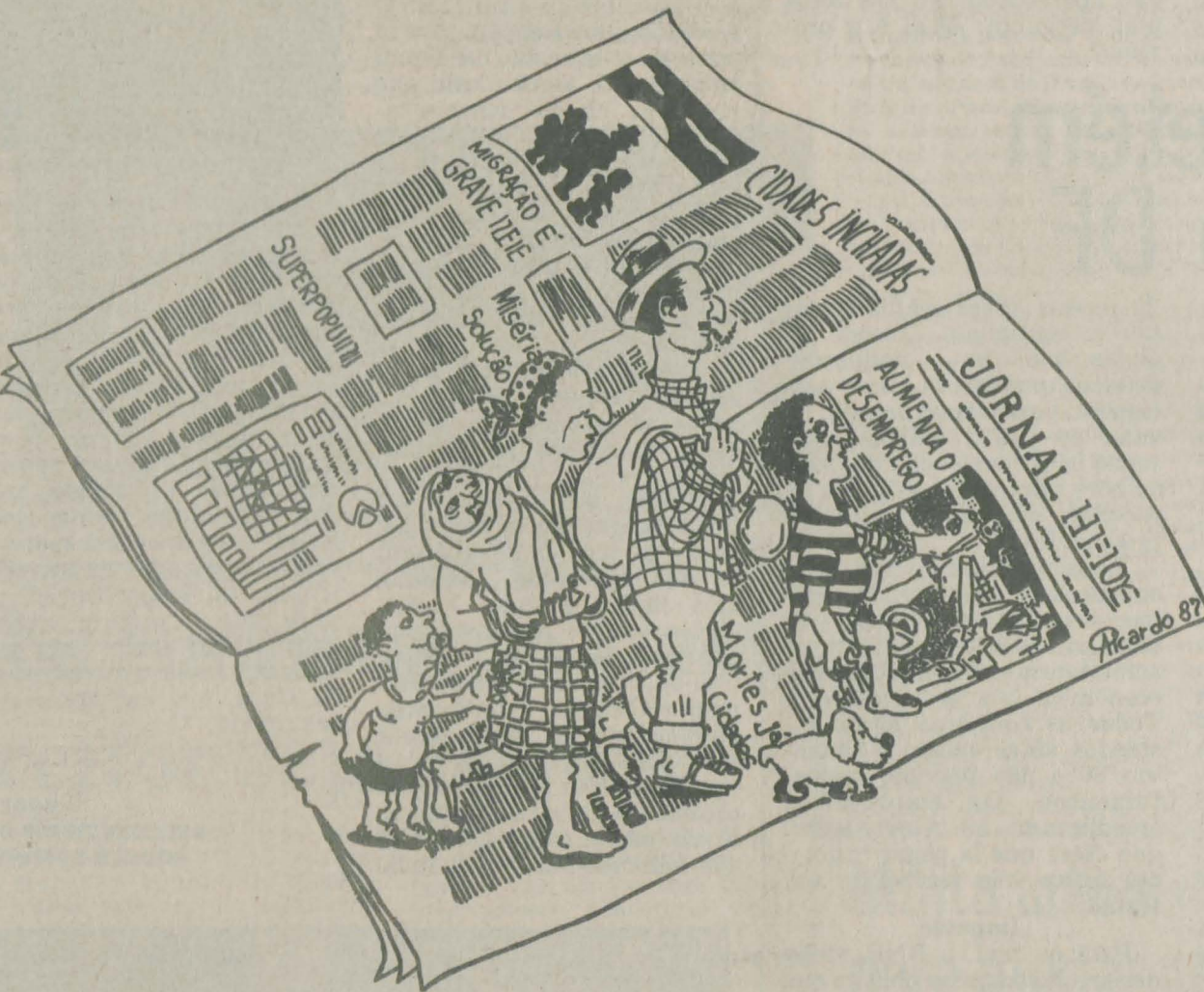
Aliene Coutinho

Acampada em barracas improvisadas na beira da estrada que dá acesso ao Núcleo Bandeirante, a família de Antônio Pereira é um exemplo das dificuldades encontradas pelo migrante no Distrito Federal. Eles saíram de Pernambuco fugindo da seca verde, chegando aqui, nada encontraram. Nem emprego, moradia ou mesmo assistência médica a para o irmão de Antônio, de 12 anos, que está com uma queimadura na perna. O jeito foi tentar sobreviver mendigando ou vendendo carrinhos de lata que Antônio mesmo faz.

Mas, esse é apenas um caso entre tantos outros que acontecem a cada dia. Segundo o Sistema Nacional de Empregos, SINE, nos cinco primeiros meses do ano passado 66 mil pessoas vieram para ficar no Distrito Federal. Este ano, no mesmo período, o número de migrantes aumentou para 75 mil. Só no terminal Rodoferroviário, em 1986, desembarcaram 266 mil pessoas.

E o que atrai essas pessoas para cá? O secretário do Trabalho D'Alembert Jaccoud acredita que a seca verde que assola o Nordeste é a principal causa. Depois disso, a própria Constituinte. Para D'Alembert, essas causas não só tem atraído como modificado o perfil do migrante. Hoje, a maioria vem da zona rural e a região Nordeste até início dos anos 80 era responsável pelo afluxo de 37,31% dos migrantes.

Com isto, Brasília em 1980 tinha 37% de sua população formada por nordestinos. Hoje não se sabe quantos eles são. O que se sabe é que o espaço no Distrito Federal é pouco e o número de empregos insatisfatórios. Houve nos cinco primeiros meses deste ano um acréscimo de 1,55% em ofertas de empregos, o que significa cinco mil novos empregos, principalmente nas áreas de construção e de serviços. Mas, este número é insuficiente para atender toda demanda de migrantes no DF, que na maioria é desqualificada. Para o secretário do Trabalho, a solução para a crise migratória seria a criação de uma política nacional que



Arquivo/Campus



Moradia, emprego e assistência médica são algumas das dificuldades encontradas pelos migrantes que vêm para ficar no Distrito Federal. A cada ano, o número de migrantes em vez de diminuir, tem aumentado.

estabelecesse essas pessoas nos lugares de origem. Porém, até que isto aconteça, como ficam os migrantes que chegam e simplesmente não encontram apoio?

Apesar de não haver controle sobre o número de migrantes, e todo cálculo ser feito através de estimativas, a Secretaria de Serviços Sociais garante que os poucos migrantes que a procuram são ajudados. Quem estiver interessado em retornar aos lugares de origem recebe passagens gratuitamente, mas, das 642 pessoas que procuraram o Centro de Desenvolvimento Social do Plano Piloto, em junho deste ano, nenhuma quis voltar. O CDS encaminha os interessados ao SINE para que sejam feitos cadastros de empregos e até que consigam os migrantes são encaminhados aos albergues localizados no núcleo Bandeirante e Sobradinho.

A permanência nos albergues é de apenas sete dias, prorrogáveis por mais 15. Um dado que a direção do CDS-Brasília faz questão de frisar é que o migrante que fica em Brasília por mais de seis meses não é mais considerado como tal, e desta forma não pode ser beneficiado pelos CDS ou mesmo pela Secretaria de Serviços Sociais. Raras exceções, como o caso da favela da 110 Norte, onde várias pessoas que moravam no DF há mais de 10 anos conseguiram voltar às suas cidades.

Carne de rã é uma nova opção nos cardápios dos gourmets

Delmam Assis

Muitas pessoas têm preconceito visual, mas rã não é sapo. Um produto nobre, consumido em dias especiais, compatível com pratos caros como o camarão e a lagosta e que não está ao alcance de todos (custa C\$ 320,00 o quilo), muitas das vezes só se encontra nos restaurantes de classe A. A rã, também considerada fruto do mar, cuja carne é consumida, segundo registros históricos, desde a Grécia Antiga, tem hoje a França e os Estados Unidos como seus maiores centros consumidores. E um dos poucos alimentos que contém nove das dez proteínas essenciais ao nosso organismo. Digestivo, livre de gorduras intercelulares, não provoca colesterol nem outros problemas cardiovasculares. É um produto «de excelente qualidade, de carne saborosíssima! Não se tem como provar e dizer que não gostou». E como Peninha, publicitário da Rander Carne de Rã, qualifica seu paladar.

De propriedade de Joaquim Ferreira Barbosa, empresário bem sucedido da área pecuária e hoteleira, a Rander é o único renário do DF que tem seu abatedouro totalmente assistido pela Inspeção Federal — SIF. A loja, no CLS 402, atendendo principalmente a uma rede de restaurantes, vendia seu produto também em supermercados. Porém, como esses supermercados não respeitavam os cuidados essenciais com a conservação, a carne foi retirada das prateleiras, por determinação da própria Rander, que então sentia seu trabalho ameaçado.

Peninha diz que a Rander, com produção em torno de mil quilos por mês, ainda não tem demanda suficiente para atender ao mercado de exportação. Mas há aqui particularidades, da classe média e alta, que compram carne de rã semanalmente e, embora o custo de desenvolvimento da tecnologia seja alto, o lucro é muito bom, pois o mercado é bem aberto.

São oito meses de vida e de tratamento intensivo, durante os quais a rã se alimenta de ração balanceada, composta de farinha de peixe, de soja, de milho e de outros ingredientes, para atingir o peso de abate ideal de 120g, cujo padrão internacional, também seguido pela Rander, é de 80g já prontinha para consumo. Os ovos vão para uma estufa de eclosão, onde transformam-se em girinos, depois em rãs jovens (há então a seleção de casais para reprodução) e daí para a área de confinamento, quando as rãs passam por um processo de jejum, vão para o abatedouro e entram num banho de letargia, para que não sofram com o abate, o que não ocorre com os bovinos que ficam estressados. Feita a sangria (para saber se foi perfeita, basta verificar se a carne é branca), tira-se a pele e as vísceras, bem como as patas e a cabeça. Desta fase para a embalagem, entra numa câmara de congelamento e depois para a câmara de estocagem, onde é conservada a 15 graus negativos. Para o produto sair dali, só com a presença do fiscal do SIF.

Existem «abatedouros» no DF que não são fiscalizados. E o maior problema para a saúde que esse tipo de abate pode causar, é a contaminação pela salmonela, bactéria encontrada nas vísceras da rã.

Fernando Villar: a brincadeira séria numa disciplina doce

Susana Dobal e Paulo Cabral

Campus — Sobre o que é a peça de vocês?

Fernando — O lance é que é meio difícil falar de Greta porque teve um contrato entre o grupo: a gente combinou, já que é uma peça que trata de mistérios, deixar como mistério mesmo, e que só a partir da estréia as pessoas saberiam do que realmente se trata. Mas fica difícil porque você tem que fazer um trabalho de divulgação, e ao mesmo tempo é fácil porque o Caso Greta vai abordar vários assuntos, assim como na trilogia Caneta Azul, Vidas Erradas e 98. O Caso Greta vai pegar uma trama, uma história, um caso meio novelesco ao cubo. São várias tramas que se completam numa só tecelagem. A história da Greta seria de uma menina nascida nos anos 60. É mais ou menos um trabalho que teve como começo o universo feminino, as novas meninas que estão aí, as gerações mais próximas da gente.

Campus — E você se sente apto para falar do universo feminino?

Fernando — Me sinto. Me sinto. Você pode fantasiar muito, é um exercício de criatividade mesmo, e eu sempre tive muitas super-
amigas, com histórias super fortes, e de repente a Greta pega muitas dessas histórias, mas eu dei outros desencadeamentos para elas, outros finais. É mais uma história que eu vou contar, só que, tratando do universo feminino, você não pode evitar de pegar o universo masculino. Vivendo na época que a gente está vivendo, você vai ver muitos pontos em comum entre esses dois universos.

Campus — Mesmo assim, você tenta identificar um universo específico feminino. Como você faz para a sua versão masculina não deturpar esse universo?

Fernando — Este foi o primeiro trabalho que eu tive muito tempo com ele — quando estreou 98 eu já estava com a trama policial da Greta trançada — além de eu achar que tenho um componente feminino muito forte em mim, por uma relação forte com a minha mãe, minhas três irmãs, com várias amigas, namoradas e tudo mais. Eu também fiz uma série de entrevistas com várias mulheres completamente diferentes para tentar traçar mais ou menos como é que seria a vida de uma menina se ela fosse dividida em fases, e encontrei pontos em comum entre elas, apesar de serem mulheres de classes e histórias completamente diferentes. Eu acho que não errei tanto não, não sei, passou pelo crivo dessas mulheres todas, pelas atrizes e tal...

Campus — Você acha que as suas peças podem ser vistas lá fora e serem identificadas como de Brasília?

Fernando — Eu não sei. Quando a gente vai para fora as pessoas têm uma tendência a sacar que é um teatro diferente. Eu procuro um outro teatro, eu procuro não interromper um trabalho de pesquisa para encontrar um teatro que seja mais próximo e mais importante para as pessoas, mas útil, que não seja um momento de duas horas fechado numa sala e só. Mas eu não acho que exista um teatro de Brasília, não pode ter uma proposta ainda muito clara desse teatro porque não se dá força para uma continuidade. O trabalho da Fundação Cultural, da Secretaria de Cultura e da iniciativa privada, que seriam coisas que completariam tudo, que dariam a estrutura, a base administrativa, ainda não

existe em Brasília. Outras cidades fora do eixo Rio-São Paulo, têm uma iniciativa privada que dá mais força e também políticas culturais que conseguem ser menos confusas que a daqui, que é inexistente porque não se escolhe pessoas realmente aptas para os lugares. O que predomina no caso, são os interesses políticos desses caras todos que chegam ao poder e se preocupam muito mais com os interesses pessoais do que em justificar porque eles estão lá.

Campus — Por que nas suas peças você sempre trabalha com elencos bem grandes?

Fernando — Para falar a verdade, no começo foi porque se chegava alguém e falava que queria trabalhar comigo, eu dizia «vamos nessa». Com o tempo você já tem que fechar isso porque várias dessas pessoas não vão nessa tanto quanto precisam. No Caso Greta é um grupo grande de novo, mas é um grupo que pela primeira vez foi todo escolhido por mim. Eu consegui falar para as pessoas «não dá».

Campus — Mas não fica difícil conseguir um bom resultado de cada ator num grupo grande?

Fernando — Eu acho que a possibilidade de você conjugar o trabalho de vários atores te dá muita mobilidade, muito elemento para criar mais, se bem que nem sempre isso vai ser regra. Eu vou querer experimentar outra coisa no meu próximo trabalho, que vou

Na bagagem, a trilogia "Você Tem Uma Caneta Azul pra Prova?" (83), "Vidas Erradas" (84) e "98 — Título Provisório" (85), e as peças infantis "João e Maria — Uma História de Verdades e Mentiras" (85), e "Alguns Medos e Outros Segredos" (86), esta de autoria de Ana Maria Machado.

fazer para só uma pessoa, a Ivelise Ferreira. Eu acho que vai me dar outros desafios, vai me dar dificuldades maiores. Em cada trabalho, por mais que seja uma continuidade, a gente sai para propostas completamente diferentes.

Campus — Em geral, quem é o público do seu teatro?

Fernando — A minha platéia é sempre um espetáculo porque é uma coisa completamente variada. Você vai ver pessoas completamente diferentes, raça, sexo, ideologia, posição, jovem ou velha...

Campus — Mas a maior parte do público é de jovens, não é não?

Fernando — E, a maioria é um público jovem mesmo. As temáticas das minhas peças são temáticas da nossa idade, se bem que eu nunca me preocupei em fazer para um público específico. Não, eu não tenho esse público específico. De repente, se quiser fazer uma média pela idade a gente pode fazer, mas numa idade qualquer se vê exemplos totalmente diferentes.

Campus — Qual é a sua participação e a do grupo na criação final?

Fernando — O autor está sempre superaberto para discutir com os atores as mudanças de texto, inclusão de mais texto, fusão de tex-

to; o diretor está superpronto para discutir com a turma, com o ator, e tentar uma coisa de troca, de 50% e 50%, eu não confio no ator repetidor. A proposta ideal para mim é esse casamento, essa troca, essa relação. Agora, geralmente não é o que acontece, você vai encontrar muito ator repetidor, aquele que não consegue fazer o trabalho de criação de personagem e aí sai uma merda, porque vai ficar um monte de Fernandinho em cena. Ao mesmo tempo eu estou dando aula, e no processo de grupos de alunos, de profissionais e de amadores você vê também altas pirações, altos espelhos das pessoas, conflitos de egos incríveis, resistências, frustrações. Ninguém se transporta mesmo, e esse processo de criação tem que ser, antes de tudo, superflexível, superaberto.

Campus — E não termina em super confusão de estilos um trabalho superaberto, com um elenco super grande, onde muitos vão poder falar?

Fernando — Eles têm que falar, e isso é que é interessante. É bem o fantasma da liberdade de Buñuel, de repente os prisioneiros libertos querendo voltar para as correntes. A gente não teve esse costume de liberdade, e é muito difícil o exercício da liberdade, as pessoas não conseguem ser inteiras, não conseguem se jogar total nas coisas, mas partindo da premissa de que está todo mundo a fim, eu exijo 100%. Precisa de muita seriedade, mas é um negócio que eu abro sempre, ninguém trabalha comigo sem gostar, se não gosta de um personagem a gente troca. Eu acho fundamental no que você está fazendo o amor e o prazer.

Campus — Mas você não encontra resistência das pessoas com quem você está trabalhando à sua disciplina?

Fernando — Claro. Em psicologia isso se chama resistência, em teatro se chama justificativa. Esse processo, não quer entrar totalmente porque tem bloqueio, porque o inconsciente está barrando alguma coisa, isso vai ficar muito maior quando se está estudando as nossas próprias vidas erradas, as nossas, as suas, as nossas. Agora a disciplina pode ser extremamente doce e produzir frutos ótimos, não significa que precisa ser uma coisa ditatorial. Ela passa a ser uma característica normal, natural e necessária, seriedade no trabalho mesmo, é uma brincadeira muito séria. No teatro, o verbo em português que a gente usa é atuar, agora se você pega esse verbo em inglês, «to play», você vai ver que é um sentido muito maior, é a verdade cênica que a gente precisa, esse atuar, jogar, brincar, tocar, tudo.

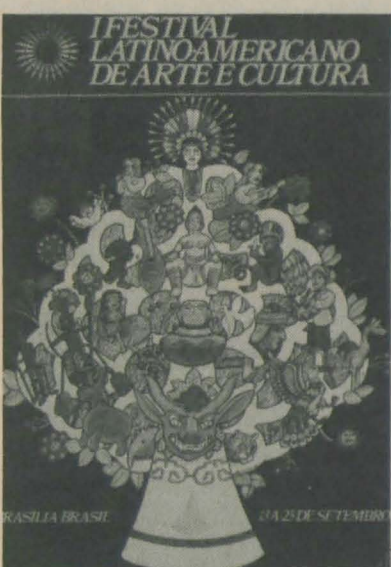
Campus — No seu trabalho, você tem preocupação com a crítica?

Fernando — Depois de certo tempo você vai selecionando essas críticas. A opinião de alguns amigos é muito importante para mim, do Renato Russo, do Hugo Rodas, de alguns irmãos, da minha mãe, dos amigos artistas que fazem um trabalho que eu acredito. Eu quase sempre tive críticas ótimas, foram só duas críticas negativas: uma da Maria do Rosário, que para mim não importa muito, e outra do Sábado Magaldi, que a gente conversou e chegamos a uns pontos bem interessantes. Você tem que jogar com a tua intuição, com você mesmo, porque de repente as pessoas não conseguem um distanciamento legal, uma imparcialidade.



Susana Dobal

Finalmente a Universidade de Brasília resolve empreender um projeto à sua altura. Apesar das dificuldades, Brasília será sede do I Festival Latino Americano de Arte e Cultura, retomando a vocação da cidade de tornar-se um centro de reflexão e pólo cultural da América Latina. Os organizadores prometem um grande evento.



Festival promete mexer com a cidade

Pedro Mansur

Brasília será por 12 dias a capital latino-americana da arte e da cultura. Aqui, no Planalto Central, acontecerá o 1º Festival Latino Americano de Arte e Cultura — FLAAC, um acontecimento que, pela primeira vez na América Latina, abrangerá 10 áreas artísticas: teatro, dança, música, artes plásticas, cinema, vídeo, fotografia, arte-educação, literatura, arte popular e artesanato.

O Festival será realizado de 13 a 25 de setembro e ocupará a maioria dos espaços culturais da cidade. Teatros, salas, galerias e auditórios, do plano piloto e cidades satélites, todos ocupados ao mesmo tempo por um evento que reunirá grandes e pequenos artistas vindos dos mais diversos países da América Latina.

O acontecimento é promovido pela Universidade de Brasília com a colaboração das embaixadas latino-americanas, órgãos públicos e empresas privadas. Será realizado a cada dois anos tendo sempre como sede Brasília (plano piloto e cidades satélites).

A UnB e a América Latina Segundo Lais Aderne, coordenadora do FLAAC, a Universidade de Brasília, através da

promoção deste Festival, tenta retornar à vocação de se tornar um centro de reflexão e estudos da América Latina. Outros projetos virão, como o Programa de Doutorado voltado para assuntos da América Latina a ser implantado no próximo ano. E neste espírito de integração latino-americana que acontecerá o Festival. "O FLAAC se caracterizará não como uma competição, mas um grande encontro entre os povos latino-americanos", afirma Lais Aderne.

A importância do Festival, segundo Lais, está no fato de que este evento se comporá de uma reflexão através de seminários, simpósios e debates, da mostra dos trabalhos e por último a troca de experiências. O Festival tem ainda o objetivo de testar Brasília como um pólo cultural da América Latina.

Os participantes do FLAAC se dividem em três categorias: a primeira categoria é dos convidados, isto é, aqueles que se destacam na área da arte e da cultura latino-americana e são indicados pela coordenação do FLAAC. A segunda categoria é formada pelos Participantes Selecionados, que depois de se inscreverem passam

por um processo de seleção em que o seu trabalho ou desenvolvimento de atividades será ou não escolhido para participar do Festival. E por último, o Participante Inscrito, que terá direito a assistir aos eventos do Festival, participar de oficinas de arte e receber certificado de participação.

Alguns nomes já estão confirmados. Na área da música se apresentarão, por exemplo, o Quarteto Lito Viale, da Argentina, o Grupo de Folclore Nandamachi do Equador, o compositor erudito mexicano Mário Lavista e outros. No teatro, alguns grupos talvez desconhecidos pelos brasileiros, mas reconhecidos lá fora já confirmaram suas presenças: La Cochera da Argentina, Teatro Circular, do Uruguai, o espetáculo Danza Luz, da Companhia Marisol da Venezuela, e Klaus Viana (dança), do Brasil.

Se depender dos organizadores do Festival, o acontecimento será um sucesso. Eles planejam abrir o Festival no dia 13 de setembro com um show na rampa do Congresso Nacional e encerrar o Festival com uma apoteose no gramado da Esplanada dos Ministérios, onde haveria uma confraternização entre todos os artistas e participantes.

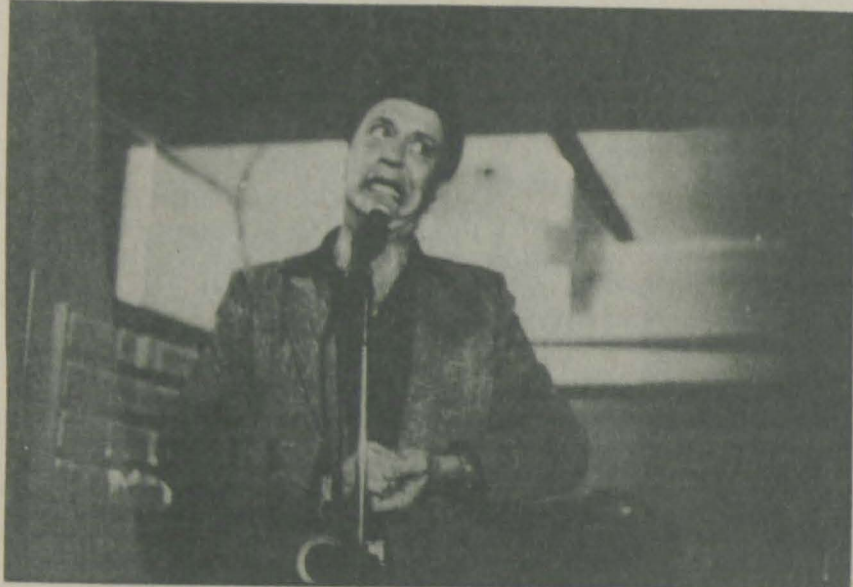
Dificuldades

O FLAAC vem sendo organizado desde o ano passado e apesar de representar um grande evento cultural para a cidade, segundo um dos organizadores, Guilherme Reis, muitas dificuldades tiveram que ser sanadas. Entidades que a princípio deveriam colaborar na organização do Festival, como a Fundação Cultural do Distrito Federal, só agora, que o Festival está em sua reta final, resolveram ajudar. Dentro da própria UnB pessoas responsáveis por alguns setores da Universidade dificultaram o trabalho ao não ceder à organização do Festival espaços ou equipamentos.

Os organizadores encontram dificuldades também na hora de buscar o patrocínio das empresas privadas. Heloísa Rocha, uma das responsáveis pela infraestrutura, diz que muitos empresários ao tomarem conhecimento sobre o que será o Festival, se sentem empregados com o projeto, mas reclamando do atual momento econômico e político com a forte interferência estatal na economia e a indefinição política. Esse quadro, segundo alguns empresários, não permite este tipo de investimento.

Campeão de bilheteria do teatro brasileiro, autor e diretor dos últimos sucessos da cidade, Fernando Villar fala de sua nova peça "O Caso Greta, Amor e Loucura de Uma Outra Pessoa," que vai estreiar na segunda quinzena de agosto, e do seu projeto de um outro teatro. Outro ou outros, já que na sua continuidade ele sempre vê propostas diferentes.

Marcus Vinicius



Ivon Cury no palco do Canja Karaokê: só para lavar a alma

O vocalista "Cascão" nega modismo punk criado pela indústria cultural.



Ricardo Junqueira/PosNew

A emoção que começa no chuveiro e vai ao palco

Márcia Binder

A febre veio do Japão e rapidamente atingiu o Brasil, começando por São Paulo. Mas não demorou pra chegar na capital federal e, hoje, Brasília já tem frequentadores que começam na quarta-feira e só páram no final de semana. Ou não páram mais. A febre que tomou conta dos boêmios e que, sem dúvida, eleva a temperatura das noites frias da cidade, chama-se Karaokê.

No melhor japonês, Kara significa vazia e Okê, orquestra. Música sem voz. Mas que logo se enche de vozes das mais variadas, sejam finas ou grossas, agudas ou graves, afinadas ou não. E lá estão as pessoas no palco iluminado, microfone na mão, muita coragem e adeus às inibições. A música começa e o "cantor" corre atrás dela com grande fôlego e todo mundo aplaude, incentiva, brinca, fazendo com que o cantor se sinta realmente no chuveiro de casa. Não é preciso um apurado senso de observação para perceber que quem sobe no palco de um Karaokê com uma expressão tensa e preocupada, desce totalmente feliz e realizado, até mesmo quando canta mal.

A psicóloga clínica e educacional Cleonie Leinig Oliveira, explica que por trás da diversão que o Karaokê proporciona, há motivos inconscientes que levam as pessoas a gostarem desse tipo de bar. Cleonie afirma ser o Karaokê um lugar perfeito para a expressão dos sentimentos, superação das frustrações e para a auto-afirmação. "Nosso mundo está vazio de comunicação, as pessoas se sentem sozinhas e buscam a comunicação global no Karaokê, porque ali todo mundo passa a conhecer todo mundo", afirma a psicóloga.

O cantor e humorista Ivon Cury, dono do Canja Karaokê — no Setor Hoteleiro Norte —, concorda

com a psicóloga Cleonie Oliveira. Ivon afirma que o Karaokê faz muito bem à cabeça das pessoas, pois além de ser uma diversão, é uma terapia que auxilia na superação das frustrações. "No Japão, é comum as pessoas passarem no Karaokê, depois de um dia de trabalho, apenas para cantar duas músicas, tomar uma bebida e ir pra casa com a alma limpa", conta Ivon.

Cada pessoa que canta num Karaokê tem um tipo de necessidade inconsciente. E a psicóloga Cleonie quem explica: "Há o poeta, que muitas vezes é inibido afetivamente e canta para expressar o que sente; há os que têm um grandevazio interior provocado por decepções amorosas ou familiares e procuram no Karaokê uma auto-compensação; há ainda o narcisista, que busca no palco a oportunidade de reafirmar para si mesmo que ele é "o bom, o bonito e o gostoso".

O jornalista Thyeres Mesquita, 25 anos, diz que sente uma grande emoção ao cantar num Karaokê e que, ao subir no palco, tenta mostrar, através da música, tudo aquilo que está sentindo. Já Dora Gonçalves, 22 anos, estudante de Comunicação Social do Ceub, acha

que o Karaokê é uma diversão onde as pessoas estabelecem uma enorme cumplicidade. Dora já foi a todos os Karaokês da cidade: Canja Karaokê, Otelo — 107 Norte —, Furusato — Venâncio 3000 — e Lullaby — Gilberto Salomão — e diz que se sente realizada quando vai ao palco, porque ela é vista, é aplaudida.

A psicóloga Cleonie Oliveira identifica os aplausos como uma forma de aprovação e simpatia e, de acordo com a psicóloga, as pessoas precisam ser aceitas e queridas, mas muitas vezes não o são no seu dia-a-dia. Por razões psicológicas ou não, o fato é que a brincadeira do Karaokê atrai a cada dia mais e mais pessoas de todos os tipos, sexos e idades. Zuclêmia Bradley é a prova de que a idade não existe dentro de um Karaokê. Semana passada, vovó Zuclêmia, de 68 anos, esteve num Karaokê da cidade pela primeira vez... Ela subiu no palco, cantou "Quero que vá tudo pro Inferno", de Roberto Carlos e, ao descer do palco, eufórica, declarou ao Campus: "Foi uma experiência maravilhosa! No palco, as pessoas extravazam seus sentimentos e curam suas inibições. Achei fora de série e vou ficar freguesa".

Marcus Vinicius



Vovó Zuclêmia em ação: "O que importa é a vontade de cantar"

Detrito Federal, você também é vítima...

José Carlos Anatoly

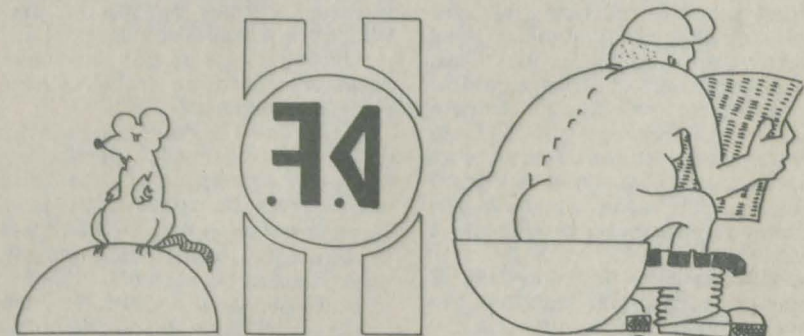
A banda brasileira Detrito Federal lança seu primeiro disco com o selo PolyGram. "Vítimas do Milagre", é o nome da música que dá título ao LP. São dez músicas onde se sobressaem "O Viro do Ipiranga" — O vírus do Ipiranga/Não é mais que um vício/Salve, salve, pátria terra/Idolatrada geração do medo/Nossos lindos bosques/Tem mais horrores — e um poema de Paulo Leminski intitulado "Adolescência": Quando eu tiver 70 anos/Vou fazer o que meu pai quer/Começar a vida com um passo perfeito/Aproveitar as oportunidades/E virar um pilar da sociedade...

Detrito Federal foi criada há cerca de quatro anos e da sua formação original só permanece o atual vocalista Paulo Cesar "Cascão". Hoje a banda é formada por Milton Medeiros (baixo), Si Youn (guitarra), Mauro Manzolli (guitarra solo) e Débora Darwich (bateria). Para Cascão, a banda evoluiu muito nesses últimos anos, já conhecido nacionalmente e com um público definido que lota todos os shows pelo Brasil. Desde sua apresentação, há um ano, num programa da Globo chamado Mixto Quente, a banda ainda não parou de fazer apresentações pelo país, coincidentemente sua última apresentação foi em Brasília, no comício pelas Diretas.

O Campus foi entrevistar o vocalista Cascão em um dos seus ensaios:

Campus: Vocês se acham punk? Punk é moda?

Cascão: Punk nunca foi moda, o que acontece é que a indústria cultural joga com estereótipos para que o consumismo seja ordenado por essa indústria, quer dizer que, se você transa uma determinada forma de expressão artística e essa



do desenho de Leo Cláudio

começa a se difundir por pessoas que curtem e pensam semelhantes a você, a indústria cultural, sob vários aspectos massifica essa forma de expressão, regula e domina sua evolução, por isso o movimento punk, ou os Beats, Hippies, anarquistas e outros tão malditos irão sempre permanecer, paralelo a essa jogada. O Detrito Federal não é punk, mas usa da energia de várias tendências, como o punk, o rock, o blues até mesmo o funk para exprimir suas vontades musicais e ideológicas.

Campus: O Detrito Federal participou de uma coletânea de quatro grupos que deu origem a um disco independente chamado Rumores. Sem muitas condições para um bom trabalho, como foi usar a estrutura de uma multi como a PolyGram e não perder a energia e o estilo do grupo?

Cascão: Nós gravamos "Vítimas do Milagre", diferente da maioria dos grupos brasileiros, nós gravamos toda a base (guitarras, baixo, bateria) ao vivo, tudo junto e assim o nosso pique não dançou. E o som que rola no palco, em shows.

Campus: E o eixão maravilha Rio-São Paulo, como vocês transaram isso?

Cascão: A gente tem público na maioria dos estados do Brasil, temos até fã-clubes na Paraíba. Mas é no eixo Rio-SP, que nosso pú-

blico cresce, porque a gente toca por lá desde o início do grupo. É pena que para ser reconhecido, tem que sair fora, para gravar uma simples fita, tem que buscar estúdios fora, para se produzir um bom show, tem que ser lá fora.

Campus: Dos grupos brasileiros, o que você acha dessa onda toda?

Cascão: Brasília é um dos lugares do país onde o rock pulsa desde as garagens até os pequenos estúdios, é necessário respeitar essas bandas. Se hoje algumas não têm identidade e copiam o que ouvem, é assim mesmo, conheci muitas bandas que eram plágio do plágio, e hoje estão estourando por aí, já de cabeça formada, eu acho é que tem de tocar desafinado mesmo, cantar atravessando, sem patulhismo, se for pra ser será. Temos grupos de primeira linha desmontando nacionalmente, é o caso do Arte no Escuro.

Campus: E a MPB?

Cascão: A nossa música, em termos gerais, ainda está caduca, poucas são as pessoas que se atrevem a experimentar ou buscar novas fórmulas para antigas teorias, pelo menos misturar o velho e o novo. A maioria está repetindo clichês e mantendo os lucros.

Vítimas do Milagre, um disco para se ouvir a todo vapor, pra pular...

Muitas dificuldades para quem quer bolsa

Giuliana Morrone

Realidades diferentes no ensino e pesquisa científica. Para quem está cansado e descrente dos discursos sobre a melhoria da qualidade de ensino, as bolsas de estudo podem ser um caminho. No exterior, ou mesmo em outras universidades brasileiras, este caminho é traçado através do governo e embaixadas.

Pelo governo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPq — arquiteta este caminho através de convênios com diversos países e programas de bolsas, que abrangem cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado. Além destes, existe ainda um programa de iniciação científica, para estudantes com curso superior incompleto.

Em todos estes casos, o candidato a uma bolsa pelo CNPq tem a vida acadêmica analisada por um comitê assessor. É este Comitê que julga desde a capacidade do candidato até a validade do estudante ir para o exterior. Afinal, o CNPq só concede bolsas para fora do país quando não existem cursos similares no Brasil.

Durante o ano saem dois grupos de bolsistas. Até o mês passado, em todo o Brasil, 20 mil bolsas foram concedidas para cursos no próprio país. Deste número, 10 mil correspondem a cursos de mestrado, doutorado, pós-doutorado e iniciação científica. Com relação às bolsas no exterior, o número é bem menor: pouco mais de mil alunos estão estudando fora pelo CNPq, outros 300 devem sair para o exterior ainda neste trimestre.

Antes do candidato juntar-se a estes números, seu formulário de inscrição passa por um processo burocrático de avaliação, que dura até três meses. "Talvez o CNPq, em termos de funcionalismo, não esteja preparado para atender a todas estas bolsas", arrisca Tarciso Lima, assessor técnico do órgão. Tarciso lembra que os julgamentos dos candidatos já foram bem mais morosos. A burocracia dos outros países e do próprio órgão explicam os longos prazos.

Além dos prazos e do número

reduzido de vagas, as dificuldades não param por aí. Para quem não tem curso superior, a possibilidade de se conseguir uma bolsa para fora do país simplesmente não existe. "Não existe, porque não é prioridade", justifica Tarciso.

A norma do CNPq de conceder bolsas para o exterior apenas quando não houver curso similar no Brasil atrapalha os planos de muita gente. Numa época em que virou moda dizer que a universidade brasileira na verdade é escola de 3º grau, este tipo de argumento fica no mínimo frágil.

Só para dar um exemplo, o Comitê assessor está julgando agora o recurso de uma pessoa formada em Arquitetura pela UFRJ. Esta aluna, depois de se especializar em marketing aqui no Brasil, resolveu aperfeiçoar seu currículo na Espanha e se candidatou a uma bolsa pelo CNPq. A sua inscrição foi rejeitada com a alegação de que existem cursos semelhantes ao da Espanha no Brasil. A estória não ficou por aí. A estudante fincou pé, provou que o tal curso não é tão semelhante assim e no final das contas, o seu processo voltou para ser reavaliado pelo comitê-assessor.

Toda esta dificuldade tem uma justificativa. O CNPq não só manda pessoas para fora do país, mas também traz professores e pesquisadores através de um programa de auxílio. É lógico que sai bem mais barato manter um professor aqui, que forma vários profissionais ao mesmo tempo, do que apenas um aluno no exterior. Além do mais barato, manter estes pesquisadores pode acabar sendo vantajoso. É o caso do professor Mac Namara. Pesquisador australiano, Mac Namara, depois de passar um tempo na USP, sustentado pelo CNPq, resolveu ficar de vez no Brasil e está pensando até em se naturalizar.

O prazo para entrar na lista de candidatos a bolsa de estudos pelo CNPq, para os cursos de mestrado e doutorado, é de 60 dias antes de dezembro deste ano, para cursos que comecem no 1º semestre do ano que vem.

A Via Crucis dos futuros bolsistas

Nas embaixadas, o processo é diferente do CNPq. Nem todos os países oferecem programas para estudantes brasileiros. Para poupar o percurso, em busca de bolsas na Avenida das Nações, o Campus publica esta lista.

Canadá
Áreas: todas, menos Medicina e Biologia
Exigência: Ter começado o curso há um ano; língua inglesa
Prazo de inscrição: agosto

Japão
Áreas: Ciências Naturais: Engenharia, Agricultura, Pesca, Farmacologia, etc.
Ciências Sociais: Literatura, História, Direito, Música, Belas Artes, etc.
Exigências: Domínio do idioma nos cursos de ciências sociais
Idade inferior a 35 anos
Prazo de inscrição: 14 de agosto

Inglaterra
Áreas: Agricultura, Planejamento Urbano, Saúde Pública, Biotecnologia, Transporte
Exigências: 2 anos de formado e experiência profissional em órgão do governo
Prazo de inscrição: 14 de agosto

Áustria
Áreas: Agricultura, Silvicultura, Ciências
Exigências: domínio do alemão
Prazo de inscrição: não tem prazo

Cuba
Não oferece bolsas de estudo

República Federal da Alemanha
Áreas: todas: todas
Exigências: curso de mestrado e domínio do alemão
Prazo de inscrição: final de maio de cada ano

França
Áreas: Agronomia, Medicina Tropical, Transporte Urbano, etc.
Exigências: não oferece bolsa a nível individual. O contato é feito através do CNPq.

Portugal
Áreas: oferece bolsa através de convênio com a CAPES

Bélgica
Áreas: Ciências Exatas, da Saúde, Humanas, Sociais Aplicadas, Tecnológicas
Exigências: conhecimentos de francês ou inglês
Prazo: 5 de setembro

Estúdio Aberto: espaço para a cultura local

Andréa Moraes

Todas as sextas-feiras, a partir das 21 horas, Brasília tem uma hora dedicada a seus artistas, músicos e agitadores culturais. Para quem não sabe, a essa hora entra no ar o programa "Estúdio Aberto", na rádio Atlântida FM, sob o comando do locutor Tenisson Otoni.

Tenisson foi escolhido produtor e apresentador do programa não só pelos seus oito anos de rádio, mas principalmente por ser um nome sempre ligado aos movimentos culturais da cidade. A idéia do programa surgiu originalmente no Rio Grande do Sul, em uma das emissoras da Rede Brasil Sul (RBS), da qual a Rádio Atlântida FM de Brasília faz parte. O programa existe portanto em todas as emissoras da rede, mas aqui em Brasília suas características são diferentes, já que, devido à existência de um programa chamado "FM Brasília", só foram necessárias algumas modificações e adaptações para que o programa atingisse os moldes atuais.

Em Brasília, devido a necessidade de abrir novos espaços para a produção artística da cidade, optou-se por fazer do programa um

canal aberto à veiculação da música local, com informações culturais mais específicas voltadas para o público da cidade. Portanto, enquanto no sul tocam-se basicamente músicas das paradas de sucesso, aqui se ouve desde uma gravação amadora e emocionante da banda Nexa Explicite, até o mais novo reggae de Renato Matos, passando por jóias raras como a interpretação ao vivo do grupo cênico-vocal Paletó e Gravata. O objetivo do programa é portanto levar novidade aos ouvintes carentes, é abrir espaços para a arte das pessoas da cidade que ainda não tiveram acesso às gravadoras nem subiram nos palcos mais badalados e concorridos.

O "Estúdio Aberto" está a serviço da cultura brasileira, uma cultura ainda adolescente, segundo Tenisson: mas uma cultura viva, dinâmica, que está em fase de formação de hábitos, valores e conceitos. Talvez por isso ainda seja necessário fazer uma experimentação com o que vem de fora, para concretizar bases mais sólidas e garantir um espaço na vida das pessoas, mesmo sabendo que na capital federal, as pessoas estão mais preocupadas em fazer política do que cultura... Ou ainda, quando

pior, querem fazer política até na cultura!

Fica difícil portanto omitir a influência da política na cultura local. E foi pensando exatamente nestes assuntos, que Tenisson convidou há algumas semanas, para participar do "Estúdio Aberto", Léo Neiva, funcionário da fundação cultural do DF e coordenador do Projeto "Jogos de Cena". Na ocasião eles discutiram não só as questões políticas que prejudicam o crescimento cultural da cidade, como também colocaram as dificuldades e barreiras enfrentadas pelas pessoas ligadas à produção artística local. Esse programa teve retorno imediato, vários ouvintes ligaram querendo opinar, protestar e sugerir, mostrando que o público da cidade já sente na pele a força dessa "cultura adolescente".

O programa está no ar há 3 meses e nestes pouco tempore vida, Tenisson já pode identificar em seu público ouvinte uma necessidade muito grande em incentivar as iniciativas culturais, como se o público estivesse garantindo um espaço para ele mesmo. Quem escuta o "Estúdio Aberto" geralmente é jovem, gosta de teatro, música, dança, frequenta o Concerto Cabeças, assiste aos Jogos de Cena e está interessado em ter uma história pra contar no futuro, de uma cultura que nasceu junto com ele.

Tal objetivo só será alcançado porém se a cidade incentivar mais concretamente o surgimento de canais para a veiculação da produção artística da cidade, abrindo espaços livres de preconceitos de estilo, gênero, raça ou classe social. O "Estúdio Aberto" é apenas um exemplo a ser seguido, não é o único, nem o primeiro, apenas um que rompeu como cenário artístico local, dando voz a todos os artistas, dos mais famosos aos mais mambembes. O que vale mais é a criatividade, a garra e a força para entrar nessa batalha pelo reconhecimento da cultura brasileira que já consagrou o rock local, mas que tem ainda muita coisa para ser vista e aplaudida.



Tenisson Otoni produz e apresenta o programa Estúdio aberto

ENTREVISTA

FERNANDO
LYRA

O Brasil estacionou no resgate das instituições agredidas pelo autoritarismo e precisa de eleições presidenciais no próximo ano para fechar o ciclo da transição para a democracia e legitimar um governo que assuma as graves mudanças necessárias ao País. E o pensamento do deputado Fernando Lyra, que abre suas baterias contra o governo Sarney, fisiologia dentro do PMDB e outros assuntos do momento.

O Cangaceiro da Transição

Ricardo Miranda Filho

O deputado pernambucano Fernando Lyra, 48 anos, faz parte de uma geração de políticos que amargou os anos da ditadura militar na resistência oposicionista. Hoje, inconformado com os rumos de uma interminável transição democrática, é um dos articuladores da campanha pelas eleições diretas em 88. Exerceu seu primeiro mandato em 1967, como deputado estadual pelo MDB de Pernambuco. Desde então, foi deputado federal por três legislaturas consecutivas, culminando com o atual mandato constituinte. Seria o braço político do Governo de Tancredo Neves, mas, com a sua morte, não resistiu à primeira reforma ministerial da era Sarney, deixando a pasta da Justiça e assumindo definitivamente feições críticas. Nessa entrevista exclusiva ao CAMPUS, Lyra diz o que pensa do presidente Sarney, relembra Tancredo Neves, comenta a atuação dos militares na vida nacional e denuncia a privatização do ensino pelo Governo Federal.

Campus: O PMDB não eliminou instrumentos autoritários, como a Lei de Segurança Nacional, que hoje são utilizados pelo Governo para demonstrar força. Por que o partido recuou na extinção do chamado entulho autoritário, como o senhor ensaiou como ministro da Justiça?

Lyra: Houve um avanço muito grande na parte institucional em 1985. Nós conseguimos legalizar todos os partidos comunistas, eliminamos as sublegendas, marcamos eleições para prefeitos das capitais e inseriu-se na Constituição o dispositivo das eleições diretas para presidente. Nesse mesmo período, nós imaginávamos que convocando a Assembleia Nacional Constituinte era fundamental que removéssemos toda aquela legislação autoritária, que compõe-se fundamentalmente da LSN, Lei de Imprensa, Lei de Censura e eu anunciei há dois anos o fim da censura — e as Emergências. E nós formamos comissões, tendo à frente o professor Evandro Lins e Silva. Levamos solenemente tudo isso ao presidente da República. Nos primeiros meses de

O Paulo Brossard de hoje é muito diferente do homem de oposição. Ele se define como aplicador da lei. Só que essa lei é a mesma da ditadura.

86, entregamos as conclusões ao presidente. Ele recebeu e eu imaginava que mandasse para o Congresso Nacional. Ele devolveu ao meu sucessor, ministro da Justiça, depois veio o Plano Cruzado, entrou no esquecimento e só se lembrou da LSN quando ela começou a ser aplicada novamente. Então, não ouve um recuo, mas uma estagnação do processo.

Campus: Como o senhor tem

visto a atuação do seu sucessor na Pasta, o ministro Paulo Brossard?

Lyra: Para mim é muito difícil analisar a atuação do Paulo Brossard. Eu poderia dizer que ele é muito diferente do homem de oposição, do senador da resistência, com uma brava atuação no Senado. Ele hoje é um aplicador da lei, segundo ele mesmo diz. Só que a lei é a mesma lei da ditadura. Uma lei que já deveria ter sido há muito tempo reformulada e não foi porque está na gaveta de seu ministério.

Campus: Numa entrevista recente, o general João Figueiredo, último presidente do ciclo militar, disse que Tancredo Neves não estava preparado para ser presidente. O senhor conviveu intimamente com Tancredo, inclusive foi o primeiro a lançar o seu nome para a presidência, num comício em Caruaru a 19 de fevereiro de 84. Como estaria o Brasil hoje se Tancredo fosse o presidente?

Lyra: Eu não conheci ninguém até hoje mais bem preparado do que Tancredo para ser presidente da República. Tancredo Neves era realmente um estadista, tinha uma visão do processo muito clara. Tanto assim que ele conseguiu fazer uma obra de engenharia política... Mais do que de engenharia, de alpinismo, quando teceu todas as correntes em torno de um objetivo comum que era a transição democrática. A saída do autoritarismo para a democracia. Eu acho que o ex-presidente João Figueiredo incorreu num grande equívoco. Se havia alguém preparado para ser o presidente da

Estamos patinando nessa transição por culpa da estagnação política do período ditatorial. Toda uma geração foi castrada em sua criatividade.

República, nesta fase, era Tancredo Neves.

O Brasil hoje com Tancredo... É muito difícil especular. Mas eu acredito que estaria muito melhor do que hoje. É verdade que não teria havido o Cruzado I, mas em compensação não teria havido o Cruzado II. Não haveria acenos para uma formulação de políticas inexequíveis. A parte institucional, eu não tenho dúvida de que estaria em outro patamar. Ele tinha uma consciência muito profunda da necessidade de o país estar totalmente no estado de direito. Mas não com *mise-en-scène* (encenação). Com convicção. Tancredo era um homem arraigadamente consciente da necessidade de se viver num estado de direito. E foi isso que eu tentei. A orientação que ele me deu para ser seu ministro da Justiça e coordenador político do governo. O que não foi entendido em nenhuma hora pelo presidente José Sarney. E nem poderia ser.

Campus: O escritor argentino Ernesto Sabato disse que "os males resultam sempre em maturação e aprendizagem". Que lição maior fica das duas décadas de ditadura militar?

Lyra: A lição maior que nós recebemos é de que é impossível ser dono da verdade. E cada ditador, na rotatividade da ditadura, era senhor do seu tempo, da verdade. E sempre se imaginavam não como agentes da sociedade, mas como enviados em missão superdimensionada para salvar o país. O atraso está evidente aí. Nós estamos patinando nessa transição como decorrência da estagnação política que o país viveu. Da absoluta castração da criatividade em todos os setores. Por mais positivo que fosse o governo ditatorial, só a

castração de uma geração já anularia todos os benefícios.

Campus: O senhor é um dos articuladores do movimento pelas eleições diretas em 88. O que o levou a essa posição?

Lyra: O que me levou a isso foi a certeza de que esse é o caminho para fechar o ciclo da transição. Porque se nós formos ficar dependendo do êxito ou fracasso da equipe econômica, nós perdemos totalmente o objetivo a que nos propomos, que é efetuar a transição do autoritarismo para a democracia no mais breve espaço de tempo, com a remoção do entulho. Não houve, é uma falha do governo, estamos convivendo com as emergências... A Constituinte está indo e deverá ser encerrada até o fim do ano. Depois, eleições diretas para presidente da República, para legitimar o processo e fechar o ciclo. Então, esse movimento das eleições diretas é uma grande luta que nós estamos

desenvolvendo para a consecução do objetivo já definido em compromisso por Tancredo e Sarney na praça pública. Se o presidente José Sarney enviou a mensagem ao Congresso em maio de 85, eu imaginei naquela oportunidade que era realmente vontade política e não apenas uma *mise-en-scène* para constar no texto, sem a data.

O PMDB é uma nau sem rumo. Abriga o adesismo de gente comprometida com tudo o que há de ruim no país. O partido está todo desfigurado.

Eu acho que as eleições diretas para o ano são uma exigência do processo. Não é desejo meu, nem de ninguém, mas uma exigência do processo democrático, para que seja concretizada essa prática que é fundamental: a legitimação. O presidente Sarney deveria ter a consciência de que o seu papel é única e exclusivamente comandar

essa transição. E a transição já vem se arrastando há muitos e muitos anos.

Campus: Qual o seu candidato à presidência?

Lyra: O fundamental agora é ter eleições. Não adianta ter o candidato sem ter a data da eleição. O fundamental é a luta pelas eleições diretas. Pela marcação do fim do mandato. Se fosse pelo meu gosto, agora o meu candidato seria Mário Covas. Mas o processo é que vai ditar isso. Não adianta forçar um nome se esse não decorre de um amadurecimento.

Campus: O PMDB está inchado de pessoas muito distantes dos compromissos históricos do MDB da resistência. O partido vai conviver com suas divergências internas eternamente ou vai rachar numa futura reforma partidária?

Lyra: Essa inchação começa no Palácio do Planalto. Hoje o presidente José Sarney é do PMDB e no Palácio você não encontra em nenhum dos gabinetes ninguém que foi do MDB ou do PMDB.

Você não localiza nenhum ministro, nenhum auxiliar direto ou indireto no Palácio, que seja da resistência democrática. O desvirtuamento do partido começa com um governo que ele apóia e adota como seu, que não tem nada a ver com sua vida e sua história. Segundo, no afã de eleger governos de Estado, o PMDB admitiu o ingresso nos seus quadros de pessoas não-somente alheias ao PMDB, mas comprometidas com tudo o que há de ruim no país. E, para não citar muitos nomes, eu citaria um, que é da minha bancada, Nilson Gibson (PMDB-PE), um homem que vivia, no período mais difícil, apontando e denunciando companheiros.

Campus: Como evitar que um partido, quando chega ao governo, perca sua personalidade pelo adesismo de políticos oportunistas?

Lyra: É ter um programa e cumpri-lo. E ter uma disciplina que é mantida e cobrada. Eu conheço partidos de diversos países em que há um mínimo de coerência. Mas o PMDB vive como se fosse uma frente ainda, como se estivesse abrigando resistentes na luta contra um objetivo comum que era a ditadura militar. Hoje o PMDB abriga o adesismo, o oportunismo, a tolerância no sentido pejorativo. Hoje o PMDB é uma nau sem rumo. A gente sente claramente que há uma convivência incômoda. É o tipo da adesão que só foi ruim. A prova está aí. O partido totalmente desfigurado, sendo desmoralizado na praça pública pela falta de firmeza, de linha.

Campus: A reforma partidária é inevitável?

Lyra: É muito difícil... No nosso caso, por exemplo, nós sentimos a necessidade de um partido de centro-esquerda, que tenha uma posição limpa. Mas é duro para mim e para alguns companheiros,

O presidente José Sarney não é do PMDB nem faz a política do PMDB. Ele cede cargos ao PMDB. Ele deveria ter consciência de conduzir a transição.

depois de vinte e tantos anos de luta, de resistência, de trabalho, fazer uma sigla como nós fizemos e jogar fora na mão dos aproveitadores. Mas se esse for o preço nós vamos pagar. Contanto que interesse ao nosso objetivo de ter uma democracia com compromisso social.

Campus: O senhor admite deixar o PMDB?

Lyra: Admito. Não quero deixar, mas se o PMDB continua do jeito que está... Não é porque o Governo está impopular, nem porque está levando vaia. É porque está errando. O problema todo é o seguinte: nós estamos apoiando um Governo que não é o Governo que nós queremos. Não no campo econômico. Estou falando do político. Para depois não dizerem que é por causa do Plano Bresser ou Plano Funaro, não é nada disso não. É problema de política. O presidente José Sarney, não é do PMDB, não é político do PMDB, não faz a política do PMDB. Quando ele diz que faz a política do PMDB, é porque cede cargos ao PMDB. Eu acho que nós fomos arrastados desde a morte de Tancredo, e assumimos um ônus que não teríamos de assumir. Na hora que o presidente Ulysses Guimarães e a maioria do partido estivesse realmente interessada em consolidar a transição democrática, acabaria esse ciclo com uma tomada de posição objetiva: vamos ter eleição em tal data. Com isso estaríamos abreviando essa "coisa" que está aí, que é esse Governo sem nenhum objetivo.

Campus: Quem vai vencer o duelo na Constituinte: progressistas ou conservadores?

Lyra: Eu confesso que esse maniqueísmo na Constituinte pode produzir uma Constituição que dure pouco. A Constituinte deve

Continua na página 10





Continuação da pág. 9

Para Fernando Lyra, o papel constitucional dos militares deve ser o de defesa da ordem externa. Ele acha que por vivermos na América Latina, que tem tradição de golpe maior que de democracia, não devemos afastar a possibilidade de uma intervenção militar, embora não veja ameaça aparente. Lyra pensa estar o governo hoje sob implícita tutela das Forças Armadas.

ficar acima das questões ideológicas, mas que crie parâmetros de convivência democrática, para que o processo avance. E que não seja necessário a cada avanço do processo haver uma reforma constitucional. Eu acho que ela deve criar instrumentos para que nós possamos avançar. Porque não é inserir no contexto da Constituição que vai mudar a realidade. Não é o preceito constitucional que muda a realidade. Meu sonho é que a constituinte produza uma Constituição onde nós possamos avançar. E esse avanço é uma luta diária para nós termos um país democrático.

Campus: A maioria numérica dos conservadores poderia ser revertida a partir da participação popular?

Lyra: Eu acho que sim. O espectro da Constituinte de certa forma representa a sociedade brasileira. Agora, a eleição foi muito maculada pela eleição dos governadores. Acho que a pressão popular — e aí está a razão da mobilização pelas diretas — pode reverter esse quadro. Quando nós imaginamos a campanha das eleições diretas é para demonstrar aos constituintes que há um clamor das ruas para que se avance no processo e se defina coisas como o mandato do presidente. Isso que aparentemente é uma coisa adjetiva, para mim é substantiva.

Campus: Como devem ser interpretadas as constantes opiniões emitidas pelos ministros militares sobre diversos temas polêmicos de responsabilidade dos constituintes?

Lyra: A realidade brasileira é essa. Os militares deviam estar exatamente aguardando que a Constituinte deliberasse e definisse o papel das Forças Armadas. Mas a interferência militar na vida política brasileira é secular e não é agora, que se faz a Constituição, que vão deixar de interferir. Eu não condeno. O importante é a consciência dos constituintes de que é papel deles determinar a missão das Forças Armadas.

Campus: E qual deve ser essa missão?

Lyra: É a de defesa externa.

Aquilo que toda democracia determina.

Campus: E sobre a anistia aos militares cassados?

Lyra: Eu acho que aí há uma falta de realismo de alguns que pleiteiam e falta de sensibilidade daqueles que não aceitam. Esse assunto se tornou polêmico, mas é de fácil equação, na medida em que haja disposição de negociação. Da mesma forma em que é impossível imaginar a volta à ativa, até por questões práticas, de alguns militares que foram cassados há 20 anos, é impossível também deixar de reconhecer o direito que esse cidadão tem de reivindicar a atualização de sua patente. É o tipo do assunto que se houver um mínimo de sensibilidade se equaciona.

Campus: O Brasil ainda está sujeito a um golpe?

Lyra: Nós vivemos na América Latina, que tem uma tradição de golpe maior que a tradição de democracia. Não vejo no momento nenhuma ameaça. Os militares fracassaram totalmente. Mas não se deve afastar como hipótese absurda.

Campus: Um golpe militar hoje teria o mesmo desfecho que o de 1964?

Lyra: Não, jamais. Antes nós vivemos um período militar explícito. Hoje, nós vivemos um regime militar implícito. A prova é que vez por outra há ameaças.

Campus: Sobre sistema de governo: presidencialismo ou parlamentarismo?

Lyra: Eu sou parlamentarista por convicção. Agora, nas atuais circunstâncias, o parlamentarismo está me cheirando a arranjo. Isso pode macular definitivamente o parlamentarismo no Brasil. Eu não sei como depois de vinte e tantos anos de pregação da eleição direta para presidente, que é tradição nossa, você possa convencer o povo brasileiro de que quem manda agora não é o presidente, mas o primeiro-ministro. Escolhido não pelo povo, mas pela cúpula do Congresso. Eu só aceitaria o parlamentarismo hoje se houvesse eleições gerais. Eleger um novo parlamento e o presidente da República. Por

que parlamentarismo com Sarney e Ulysses...

O doutor Tancredo me ensinou duas coisas: você não pode ser intrigante permanentemente, mas nem tampouco conciliador. Acho que chegou a hora da definição. Então, eu aceito parlamentarismo. Desde que haja eleições gerais. Por outro lado, não há como manter o presidencialismo como está. O presidente no Brasil é um ditador, um imperador. É a forma de governo mais absoluta que nós conhecemos. A prova disso está aí. O presidente Sarney não tem nenhuma legitimidade. Ele era vice, assumiu o poder, e é de tal ordem forte o cargo que ele ocupa, que consegue fazer isso que está acontecendo. Com o Congresso totalmente desmoralizado e sem força para fiscalizar.

Campus: A educação foi preterida e até marginalizada nos governos militares. Como deve ser tratada a questão num país de tanto analfabetismo, onde o acesso à universidade é um privilégio de uma pequena elite?

Lyra: A Nova República conseguiu um milagre: conseguiu, em educação, nesses dois anos, ser pior ainda que os governos militares. Eu gosto muito do Jorge Bornhausen, mas a política dele no ministério é um desastre. Não há vontade política de resolver o problema da educação no Brasil. E o mal vem da raiz. Sobre esse aspecto, acho que a única tentativa nova foram os CIEPs (do governo Leonel Brizola).

Campus: O governo está forçando uma privatização do ensino?

Lyra: Ah, está.

Campus: E qual deve ser o papel da universidade num país subdesenvolvido, com graves problemas econômicos e num momento de delicada transição política?

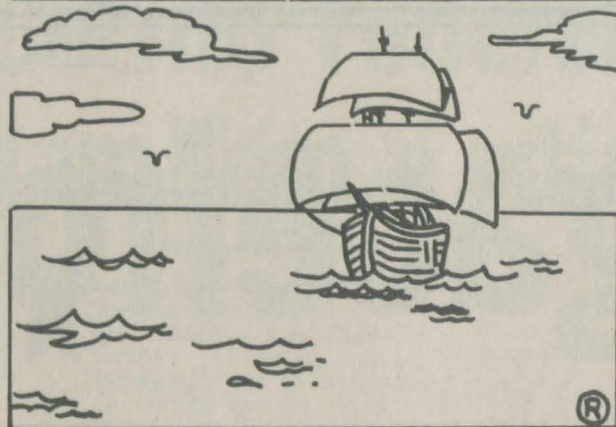
Lyra: O reitor da Universidade de Brasília, Cristóvam Buarque, tem tido problemas na tentativa de democratizar a universidade. Procura levar a universidade sociedade e a sociedade a universidade. A saída para a universidade brasileira é por aí. É viver na realidade.

CAMPUS APRESENTA

NAU 100 RUMO

POR RICARDO M. FILHO

ESTE É O NAVIO DA 'NOVA REPÚBLICA'. PARA MUITOS APENAS O 'VELHA REPÚBLICA' REFORMADO...



ATRAVESSA O TRAIÇOEIRO MAR DA TRANSIÇÃO. MAS DIZEM QUE ESTÁ ANDANDO EM CÍRCULOS.



NO LEME, UM CAPITÃO ACOSTUMADO A IR NO BALANÇO DAS ONDAS.



NOVOS REGULAMENTOS ESTÃO SENDO ESCRITOS... TIRA A MÃO DAI! SAI DA FRENTE!

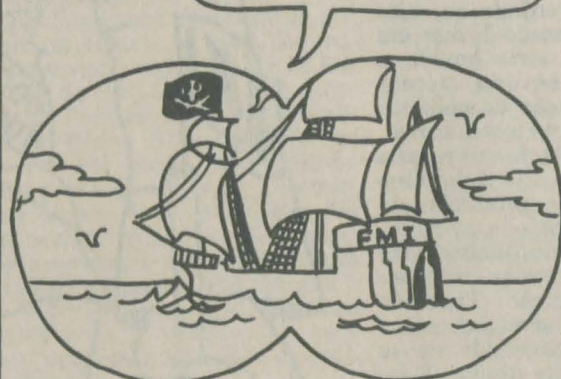


NO MAR, MUITOS MONSTROS, SERPENTES E OUTROS BICHOS...



FORA O PERIGO DOS SAQUES...

PIRATAS À VISTA!



E ENQUANTO A TRIPULAÇÃO REMA CONTRA A CORRENTE...



MAS O NAVIO TEM DE ESTAR INDO PARA ALGUM LUGAR...

PLIM! PLIM!



AFINAL, O MUNDO É REDONDO. NÃO É?



Regimento impede avanço de muitas emendas populares

Adriana Vasconcelos

Algumas propostas de emendas populares já começam a chegar à Comissão de Sistematização, onde dez funcionários estão analisando se cumprem todas as exigências regimentais. Segundo a funcionária Maria Júlia de Moura, os erros mais comuns nas emendas já apresentadas são a falta de no mínimo três entidades apoiando a proposta e os dados incompletos dos assinantes.

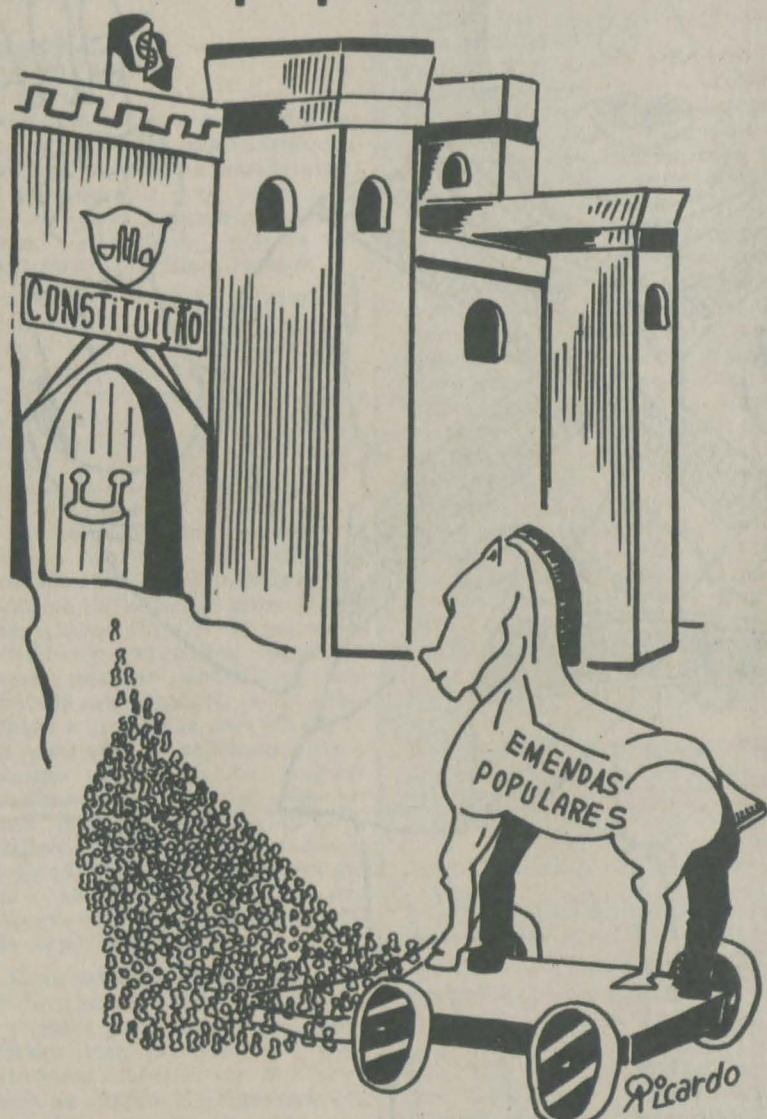
As entidades participantes do plenário pró-participação popular na Constituinte que organizaram no último dia 17 o dia nacional de coleta de assinaturas para as emendas populares, já prevêem no dia cinco de agosto mais uma movimentação para engrossar estas listas de assinaturas. Segundo informativo divulgado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) os esforços serão concentrados em prol da proposta de emenda que dispõe sobre a questão indígena, que mesmo depois do dia 17, não conseguiu ultrapassar dez mil assinaturas.

Entregas

Doze de agosto, um dia antes do prazo final para entrega das emendas populares, será a data em que a Central Única dos Trabalhadores (Cut), Central Geral dos Trabalhadores (CGT), Confederação dos Trabalhadores em Agricultura (Contag), Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), entre outras entidades, entregarão suas propostas no Congresso Nacional.

Haverá manifestação popular, que deve começar as duas da tarde, em frente à rampa do Congresso e será animada com conjuntos e danças regionais, bandeiras e cantores de renome nacional — o primeiro passo no sentido de pressionar, agora na fase de votação em plenário, os constituintes para que o país tenha uma reforma agrária efetiva, encaminhe as verbas públicas para o ensino público, democratize os meios de comunicação, esqueça a palavra censura e respeite os direitos dos trabalhadores.

Além das emendas populares, as principais entidades ligadas ao movimento pró-participação



popular na Constituinte vão pressionar os parlamentares também através de visitas em caravanas, cartas, telegramas e telefonemas na véspera da votação em plenário.

Avaliação

De um modo geral, o dia nacional de coleta de assinaturas apresentou um resultado positivo, porém um pouco aquém do esperado. Segundo informações do escritório da Contag em Brasília, só a emenda popular da reforma agrária tem até o momento 400 mil assinaturas. O Diap já tem outras 30 mil assinaturas para a proposta dos direitos dos trabalhadores.

O prazo está acabando e as entidades que lideram a campanha

de emendas populares lembram que todas as propostas assinadas devem chegar a Brasília até no máximo dia dez de agosto, para que sejam organizadas e encaminhadas ao Congresso.

Depois

Após serem analisadas pelos funcionários da Comissão de Sistematização, as emendas populares são encaminhadas à sessão das emendas de plenário, onde serão apreciadas pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Cada emenda popular que cumprir todas as exigências regimentais pode convocar um representante para que suas propostas sejam defendidas, durante 20 minutos, em plenário.